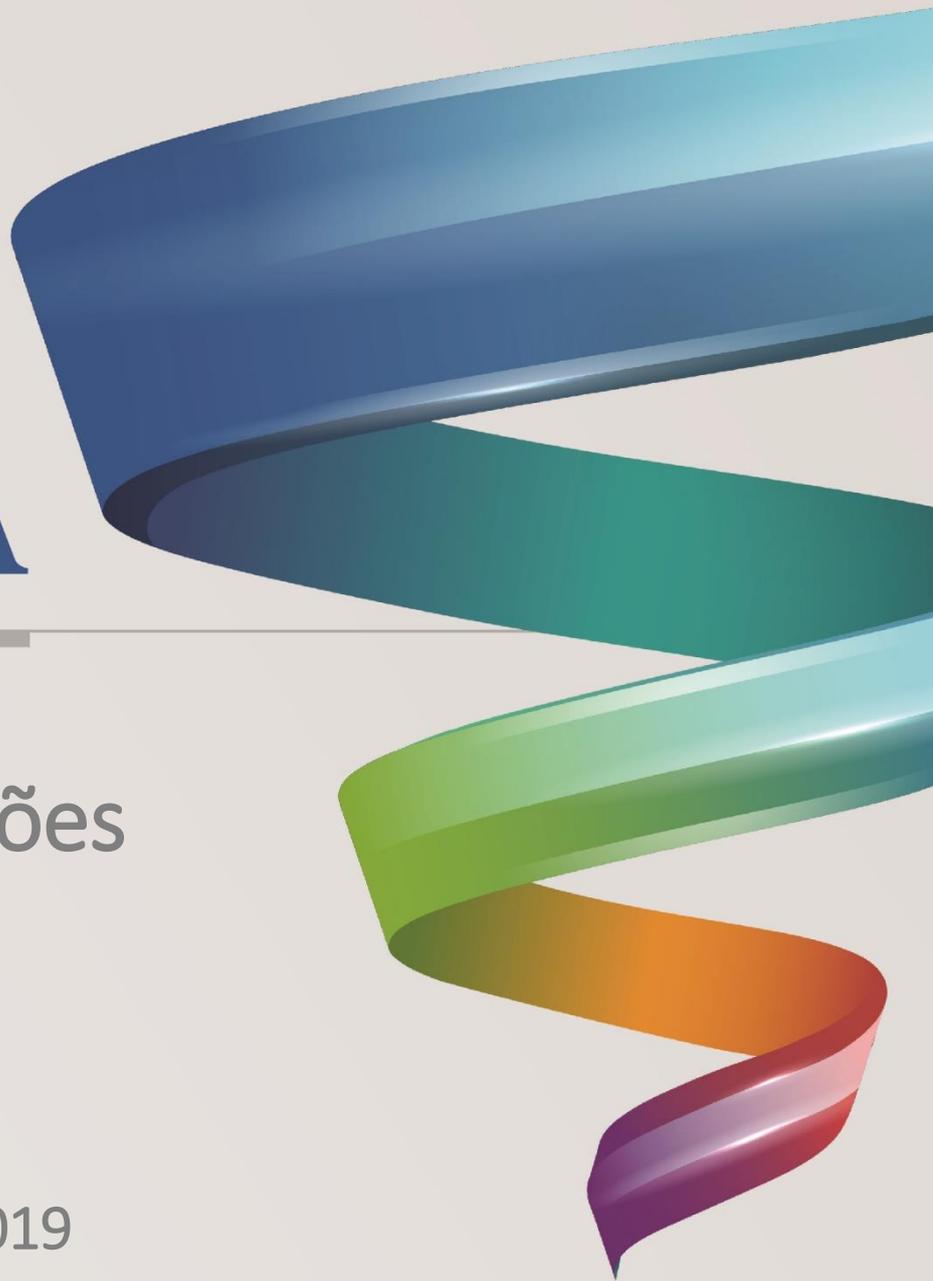


ITAÚSA

Demonstrações
Contábeis
Completas

31 de Março de 2019



SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DIRETORIA ITAÚSA	12
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	13
NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS	24
NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS	24
NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	36
NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	36
NOTA 5 – CLIENTES	36
NOTA 6 – OUTROS ATIVOS E PASSIVOS	37
NOTA 7 – ESTOQUES.....	37
NOTA 8 – INVESTIMENTOS	38
NOTA 9 – IMOBILIZADO.....	43
NOTA 10 – INTANGÍVEL	44
NOTA 11 – ARRENDAMENTOS.....	45
NOTA 12 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)	46
NOTA 13 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	48
NOTA 14 – DEBÊNTURES	49
NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	50
NOTA 16 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES.....	51
NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53
NOTA 18 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES	56
NOTA 19 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	57
NOTA 20 – DESPESAS POR NATUREZA	57
NOTA 21 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	58
NOTA 22 – RESULTADO FINANCEIRO	58
NOTA 23 – LUCRO POR AÇÃO	59
NOTA 24 – BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO	60
NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	61
NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS	63
NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS	64
NOTA 28 – EVENTOS SUBSEQUENTES.....	67
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	68
PARECER DO CONSELHO FISCAL	70
ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA	71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) relativos ao primeiro trimestre de 2019 (1T19), elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards).

Relatório do auditor independente

As Demonstrações Contábeis foram examinadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) e contam com o relatório dos auditores independentes sem ressalvas, bem como o parecer favorável do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Contábeis foram disponibilizadas ao mercado nos *websites* da Itaúsa, B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

1. AMBIENTE ECONÔMICO

As expectativas de reação econômica nutridas desde o começo de 2019, ao menos nesses primeiros meses do ano, não tem se confirmado. A leitura dos dados de atividade aponta para um ritmo lento no início de 2019 e é traduzido nas expectativas de mercado. O Boletim Focus do final de abril informava que a mediana das expectativas para crescimento do PIB em 2019 era 1,70% (2,53% no mesmo documento divulgado no início de janeiro). As expectativas do Itaú Unibanco são ainda mais conservadoras. Na última revisão, em abril, a expectativa de crescimento do PIB em 2019 e 2020 passou a ser 1,3% e 2,5%, ante 2,0% e 2,7%, respectivamente. Com essa redução, houve também piora da projeção feita pelo banco da taxa de desemprego no final de 2019 para 11,9% (ante 11,8%). A evolução do cenário econômico abaixo das expectativas vem impactando negativamente o desempenho das empresas investidas do portfólio da Itaúsa do setor não financeiro.

Por outro lado, indicadores de inflação e juros apontam para patamares ainda baixos ao longo dos próximos trimestres. A pressão no preço dos combustíveis deve ser temporária e não deve afetar significativamente a inflação, que se mantém ainda ao redor de 4,0% a.a. na maioria das projeções para 2019 e 2020. Dessa forma, não há fortes indícios para aumento da taxa básica de juros que, segundo o Itaú Unibanco, pode até ser reduzida dos atuais 6,50% para 5,75% ao final de 2019 e 5,50% em 2020 caso a aprovação da reforma da Previdência no Congresso seja bem-sucedida.

Com a economia internacional sinalizando cenário benigno para países emergentes, dado o provável acordo comercial entre potências, estímulos na China e pausa no ciclo de alta de juros do Fed, a agenda brasileira, em especial àquela relacionada aos trâmites para reforma do sistema previdenciário, torna-se fator preponderante a ser observado no ambiente de curto e médio prazos.

2. DESTAQUES ITAÚSA

Relato Integrado 2018

A Itaúsa publicou em março seu primeiro Relato Integrado, documento baseado nas diretrizes do International Integrated Reporting Council (IIRC), uma coalizão global de investidores, empresas, reguladores, acadêmicos e definidores de padrão, profissionais contábeis e ONGs, que compartilham a visão de que a comunicação da geração de valor é o principal direcionador quando da elaboração de relatos corporativos.

O Relato Integrado da Itaúsa está estruturado de modo a abordar os principais Capitais da Companhia (Capital Financeiro, Capital Humano, Capital Reputacional e Capital Intelectual), elaborado com participação ativa da Alta Administração e que propõe relacionar o Modelo de Negócios da Itaúsa à criação de valor de forma sustentável. O Relato



expõe temas relevantes identificados em processo estruturado de entrevistas com *stakeholders*, tais como estratégia, visão da liderança e aspectos de governança, sustentabilidade e desempenho que permitem ao leitor melhor entendimento dos fatores que afetam a capacidade de criação de valor ao longo do tempo.

Essa publicação, pioneira entre *holdings* latino-americanas e uma das primeiras no Brasil, está disponível nos *websites* da Itaúsa, da CVM e da B3 ou diretamente pelo link <http://www.itausa.com.br/pt/informacoes-financeiras/relato-integrado-e-relatorio-anual>.

Incorporação das ações Itaútec S.A. – Grupo Itaútec

Em Fato Relevante de 25.02.2019, Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e Itaútec S.A. – Grupo Itaútec anunciaram o início das negociações no sentido de promover a incorporação da totalidade das ações de emissão da Itaútec pela Itaúsa, com consequente preservação da personalidade jurídica da Itaútec e sua conversão em subsidiária integral da Itaúsa.

Concluídas as negociações, as Companhias divulgaram novo Fato Relevante em 29.03.2019 com a proposta de incorporação das ações, com a relação de troca de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Itaútec por 1 (uma) ação preferencial de emissão da Itaúsa, tendo sido essa proposta aprovada pelos acionistas das Companhias nas Assembleias Gerais realizadas em 30.04.2019. Para fins de determinação da relação de substituição foram consideradas, ainda que não isoladamente: (i) a liquidez e dispersão das ações preferenciais de emissão da Itaúsa (integrante de índice da B3) que serão atribuídas aos acionistas da Itaútec; e (ii) a redução de custos e despesas que a incorporação de ações proporcionará à Itaúsa.

Os acionistas titulares de ações ordinárias da Itaúsa que dissentirem dessa incorporação de ações terão prazo até 31.05.2019 para exercerem o direito de retirada da Companhia, sendo reembolsados pelo valor de R\$ 6,56 por ação ordinária detida ininterruptamente desde 29.03.2019.

Para maiores informações consultar os documentos pertinentes a transação no *website* da Itaúsa:

Fatos Relevantes: <http://www.itausa.com.br/pt/comunicados-e-atas/fatos-relevantes>

Ata e Manual da Assembleia: <http://www.itausa.com.br/pt/comunicados-e-atas/assembleias-gerais>

Remuneração ao acionista

Em 07.03.2019, a Itaúsa pagou dividendos adicionais no valor de R\$ 0,4532 por ação e juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2018, no valor de R\$ 0,3192 por ação (R\$ 0,27132/ação líquidos de imposto de renda retido na fonte). Ambos proventos foram aprovados em Reunião do Conselho realizada em 18.02.2019.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO ITAÚSA

A Itaúsa tem seu resultado composto essencialmente pelo Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de suas investidas, e do resultado de investimentos em ativos financeiros. Segue abaixo a Demonstração do Resultado Individual da Companhia:

Resultado Individual, em R\$ milhões	1T19		1T18		Δ	Δ%
RESULTADO DAS EMPRESAS INVESTIDAS NA ITAÚSA	2.687	100,0%	2.712	100,0%	(25)	-0,9%
SETOR FINANCEIRO	2.615	97,3%	2.610	96,2%	5	0,2%
SETOR NÃO FINANCEIRO	76	2,8%	90	3,3%	(14)	-15,6%
Alpargatas	9	0,3%	23	0,9%	(14)	-60,9%
Duratex	9	0,3%	11	0,4%	(2)	-18,2%
NTS ⁽¹⁾	58	2,2%	56	2,1%	2	3,6%
Outras Empresas ⁽²⁾	(4)	-0,1%	12	0,4%	(16)	-133,3%
RESULTADO PRÓPRIO DA ITAÚSA	(289)		(330)		41	-12,4%
Resultado Financeiro	(15)		(30)		15	-50,0%
Despesas Administrativas ⁽²⁾	(32)		(18)		(14)	77,8%
Despesas Tributárias	(244)		(284)		40	-14,1%
Outras Receitas Operacionais	2		2		-	0,0%
LUCRO ANTES DO IR/CS	2.398		2.382		16	0,7%
IR / CS	88		18		70	388,9%
LUCRO LÍQUIDO	2.486		2.400		86	3,6%

(1) Inclui os dividendos/JCP, ajuste ao valor justo sobre as ações, os juros sobre as debêntures conversíveis em ações e as despesas sobre a parcela a prazo do valor investido na NTS.

(2) Para melhor comparabilidade, algumas despesas administrativas do 1T18 com a estrutura administrativa dedicada às atividades da *holding*, registradas na Itaúsa Empreendimentos (subsidiária integral da Itaúsa), no montante de R\$ 5 milhões, foram reclassificadas para a rubrica "Despesas Administrativas" da Itaúsa (DRE da Controladora).

Despesas gerais e administrativas (DGAs)

No primeiro trimestre de 2019, as Despesas Administrativas da Demonstração de Resultados Individual da Itaúsa totalizaram R\$ 32 milhões. O aumento, ante o registrado no primeiro trimestre de 2018, advém, essencialmente, do (i) aumento de remuneração variável dos administradores e da diretoria, alinhando-a com práticas adotadas pelo mercado, (ii) aumento da estrutura dedicada às atividades da *holding* e (iii) contratação de fiança e seguro para garantir processos judiciais.

PRINCIPAIS INDICADORES DO RESULTADO E MERCADO

	R\$ milhões			R\$ por ação		
	1T19	1T18	Variação	31/03/2019	31/03/2018	Variação
LUCRATIVIDADE E RETORNO						
Lucro Líquido	2.486	2.400	3,6%	0,30	0,29	1,2%
Retorno Anualizado sobre o PL Médio (%)	18,8%	19,1%	-0,3 p.p.			
BALANÇO PATRIMONIAL						
Ativo Total	54.323	53.683	1,2%	-	-	-
Endividamento Líquido	306	632	-51,6%	-	-	-
Patrimônio Líquido	50.402	48.500	3,9%	5,99	5,90	1,6%
MERCADO DE CAPITAIS						
Capitalização de Mercado ⁽¹⁾	100.760	103.061	-2,2%	-	-	-
Volume Financeiro Médio Diário - Itaúsa PN	379	222	70,9%	-	-	-

(1) Calculado com base na cotação de fechamento das ações preferenciais no último dia do período.

INDICADORES DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PORTFÓLIO ITAÚSA

Apresentamos abaixo os principais indicadores das empresas do portfólio Itaúsa extraídos das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS.

	Janeiro a Março	R\$ milhões		
		Setor Financeiro 	Setor Não Financeiro  	
Receitas Operacionais ⁽¹⁾	2019	46.717	940	1.073
	2018	43.985	902	1.006
Lucro Líquido ⁽⁶⁾	2019	6.747	53	24
	2018	6.389	114	31
Ativos Totais	2019	1.545.971	4.209	9.589
	2018	1.441.407	3.784	9.196
Patrimônio Líquido ⁽⁶⁾	2019	124.754	2.423	4.670
	2018	123.031	2.160	4.770
ROE anualizado sobre o PL Médio (%) ^{(2) (6)}	2019	22,2%	8,8%	2,1%
	2018	21,3%	21,0%	2,6%
Geração Interna de Recursos ⁽³⁾	2019	14.720	131	250
	2018	18.185	160	197
Participação Itaúsa ^{(4) (5)}	2019	37,46%	27,55%	36,66%
	2018	37,51%	27,55%	36,68%

(1) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Prestação de Serviços, Resultados de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.

Alpargatas e Duratex: Vendas de Produtos e Serviços.

(2) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((mar + dez'18)/2).

(3) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstrações do Fluxo de Caixa.

(4) Corresponde a participação direta e indireta no Capital das companhias.

(5) As participações apresentadas consideram o total de ações emitidas menos ações em tesouraria.

(6) O Lucro Líquido, Patrimônio Líquido e ROE correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

3.1. Mercado de capitais

As ações preferenciais da Itaúsa (negociadas na B3 sob o código ITSA4) eram cotadas ao final de março de 2019 a R\$ 11,98, representando redução de 4,4% nos últimos 12 meses, enquanto o principal índice da B3, o Ibovespa, registrou valorização de 11,8% no mesmo período.

O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais no primeiro trimestre de 2019 foi de R\$ 380 milhões, com média de 34 mil negócios por dia.

Em 31 de março de 2019, a Companhia dispunha de 201,6 mil acionistas pessoas físicas ante 77,4 mil na mesma data do ano anterior, representando crescimento de 160,5%.

Desconto Itaúsa

O cálculo do desconto é um indicador da diferença entre a cotação de mercado das ações da Itaúsa e o valor teórico obtido através do somatório dos investimentos da *holding* a valores de mercado ('soma das partes'). Em 31 de março de 2019 as ações de Itaúsa eram negociadas com desconto de 23,3%.

A capitalização de mercado em 31.03.2019, com base no valor das ações mais líquidas (ITSA4), era de R\$ 100.760 milhões, enquanto que a soma das participações nas empresas investidas a valores de mercado atingiu R\$ 131.375 milhões.

A área de Relações com Investidores divulga mensalmente em seu *website* esse informativo, o qual pode ser recebido por e-mail mediante cadastro em www.itausa.com.br.

3.2. Avaliação de oportunidades

A Itaúsa, por meio de sua diretoria e seus órgãos internos de governança, avalia periodicamente as alternativas de alocação de capital, entre elas investimentos em novos negócios, recompras de ações e distribuição de dividendos.

Como parte desse processo, a Companhia tem avaliado constantemente oportunidades de investimentos. Dentre elas houve interesse na aquisição de participação na TAG - Transportadora Associada de Gás S.A., maior transportadora de gás natural do Brasil, via consórcio de investidores, a qual não se concretizou pelo fato da oferta, que tinha como premissa determinado retorno mínimo exigido pela Companhia, ter sido inferior à de outro consórcio participante da licitação.

A Itaúsa mantém-se atenta a potenciais oportunidades que vão de encontro a critérios de alocação eficiente de capital em empresas sólidas, geradoras de caixa, com marcas reconhecidas no mercado, dentre outros, prezando sempre pela disciplina na avaliação de oportunidades e gestão orientada a criação de valor ao acionista.

Mais informações sobre o processo de Alocação de Capital podem ser obtidas no Relato Integrado da Companhia, a partir da página 40, no Capítulo 5 - Capital Financeiro.

4. COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS INVESTIDAS



Itaú Unibanco Holding S.A.

Destaques

Rede: Custo zero para antecipação no cartão de crédito à vista

Os clientes da Rede com faturamento anual de até R\$ 30 milhões, na visão grupo econômico, que utilizarem a maquininha Rede e receberem no Itaú Unibanco terão os valores de suas vendas realizadas a partir de 2 de maio de 2019 no cartão de crédito à vista depositados em dois dias sem taxa de antecipação. Essa medida vale para atuais e novos clientes e visa beneficiar pequenas e médias empresas, além de autônomos e microempreendedores, e contemplará usuários de quaisquer modelos de maquininhas da Rede.

O negócio de credenciamento e adquirência compreende o processo de captura de transações por intermédio da afiliação, gerenciamento e relacionamento com os estabelecimentos comerciais. No primeiro trimestre de 2019, o valor transacionado com cartão de crédito e débito apresentou crescimento de 14,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Evolução na transformação digital

O banco alcançou 11,5 milhões de correntistas pessoas físicas que utilizam os canais digitais via internet ou aplicativos móveis em março de 2019. Em clientes pessoas jurídicas, esse número totalizou 1,2 milhão. Mais de 221 mil contas foram abertas pelo aplicativo Abreconta neste início de ano, de forma totalmente digital, o que representa aumento de 144% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Resultados em IFRS

O Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores foi de R\$ 6,7 bilhões no primeiro trimestre de 2019, crescimento de 5,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior e um retorno recorrente anualizado (ROE) de 22,2%.

R\$ milhões (exceto onde indicado)	1T19	1T18	Δ%
Produto Bancário	28.296	27.409	3,2
Lucro Líquido	6.747	6.389	5,6
ROE	22,2%	21,3%	0,9 p.p.
Carteira de Crédito	650.579	605.796	7,4

A **receita de prestação de serviços** atingiu R\$ 9,1 bilhões no primeiro trimestre de 2019, aumento de 2,7% em relação ao mesmo período de 2018, principalmente em serviços de cartões de crédito e débito e em fundos de investimentos. Já o **resultado de operações de seguros e previdência privada**, antes das despesas com sinistros e de comercialização, atingiu R\$ 1,1 bilhão no primeiro trimestre de 2019, aumento de 4,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O **produto bancário** aumentou 3,2%, influenciado principalmente pela receita com operações de crédito devido ao crescimento das carteiras de crédito de pessoas físicas e micro, pequenas e médias empresas.

As despesas gerais e administrativas aumentaram 5,3% em comparação ao primeiro trimestre de 2018, principalmente devido as maiores despesas com comercialização de cartões de crédito, depreciação e amortização e ao impacto do acordo coletivo de trabalho nas despesas de pessoal.

Ao final de março de 2019, a **carteira de crédito**, incluindo garantias financeiras prestadas e títulos privados, atingiu R\$ 650,6 bilhões, representando aumento de 7,4% em relação ao mesmo período de 2018. Destaca-se a carteira de Pessoas Físicas, que aumentou 12,0% e o segmento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, com crescimento de 17,0%.

Gestão de capital

No primeiro trimestre de 2019, o índice de capital de Nível I Full, que considera o impacto da antecipação do cronograma de deduções e não considera a parcela adicional de dividendos e juros sobre capital próprio, atingiu 14,8%. Merece destaque a geração de capital via resultado e emissão de R\$ 3,05 bilhões em Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas, em negociações privadas com investidores profissionais, que foram aprovadas pelo Banco Central do Brasil para compor o capital complementar a partir de fevereiro de 2019.



Destaques

Gestão estratégica e investimentos

Os investimentos consolidados somaram aproximadamente R\$ 80 milhões no 1T19, dos quais R\$ 37 milhões foram investidos em ativos imobilizados e tecnologia e R\$ 43 milhões para formação de ativo biológico. O Investimento total projetado para 2019 é de R\$ 525 milhões, sendo 80 milhões referentes a expansão de revestimentos cerâmicos e o restante para sustentação das operações fabris e florestais. Atualmente, existem em curso dois projetos de expansão: aumento de capacidade em revestimentos cerâmicos e constituição de *joint venture* para produção de celulose solúvel, cujo andamento está dentro do planejado com alguns investimentos já realizados.

Resultados

A receita líquida totalizou no trimestre R\$ 1.072,5 milhões, aumento de 6,6% em relação ao mesmo período do ano passado, devido principalmente à implementação de aumentos de preços no início do ano e à melhora de mix de produtos. A receita líquida advinda do mercado externo foi de R\$ 192,5 milhões no 1T19, aumento de 8,7% com relação ao mesmo trimestre do ano anterior, devido principalmente a depreciação cambial e ao aumento dos volumes exportados. Desta forma, a receita do mercado externo passou a representar 18,0% do total.

R\$ milhões (exceto onde indicado)	1T19	1T18	Δ%
Receita Líquida	1.072,5	1.006,0	6,6%
EBITDA	228,8	224,9	1,7%
Lucro Líquido	23,9	30,8	-22,5%
ROE	2,1%	2,6%	- 0,5 p.p.

A **Divisão Madeira** atingiu receita líquida de R\$ 678,1 milhões no primeiro trimestre de 2019. O crescimento de 8,0% (ou 12,9% quando excluído o efeito de vendas de chapas de fibra) decorre da estabilidade do volume expedido aliado

ao aumento de preço e melhora do mix de produtos. A **Divisão Deca**, por sua vez, apresentou aumento de 4,3% na Receita Líquida, para R\$ 348,0 milhões, também influenciada por aumento de preço e mix, entretanto, com retração de 8,3% no volume de peças expedidas. A margem bruta da divisão foi também impactada por ganho de produtividade. Operando sob a marca Ceusa, a **Divisão Revestimentos Cerâmicos** totalizou receita líquida de R\$ 46,4 milhões no 1T19, 4,6% superior ao reportado no mesmo período do ano passado, a despeito da redução de 1,5% do volume expedido, impactado pela integração da Ceusa no sistema ERP da Companhia que, além de dispêndios extraordinários, gerou atraso no faturamento que deverá ser compensado nos próximos meses.

O EBITDA foi de R\$ 228,8 milhões com margem de 21,3%, resultado 1,7% superior ao reportado no 1T18. O EBITDA ajustado e recorrente do período foi de R\$ 179,3 milhões, desconsiderado R\$ 25,5 milhões apurados na venda de terras e florestas, entre outros fatores. O lucro líquido foi de R\$ 23,9 milhões, inferior em 22,5% ante o 1T18, enquanto que o lucro líquido recorrente totalizou R\$ 19,3 milhões, 37,5% inferior ao ano anterior, impactado principalmente pela menor variação do valor justo do ativo biológico, pelo aumento das despesas de fretes e despesas incorridas este ano, de acordo com o planejamento, com a nova unidade de negócio de celulose solúvel.

A dívida líquida era de R\$ 2.010 milhões ao final de março de 2019, e equivalia a 2,38x o EBITDA ajustado e recorrente de 12 meses, ligeiramente superior ao apresentado no último trimestre, devido principalmente ao menor caixa decorrente do pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, que totalizaram R\$ 286,1 milhões.



Destaques

Mudanças na administração

Em continuidade ao processo de evolução da governança corporativa da Alpargatas, o primeiro trimestre de 2019 foi marcado por mudanças na Administração promovidas pelo novo CEO da Companhia, Roberto Funari. Nesse sentido, foi criada a Diretoria Executiva de Canais Digitais e foram contratados novos executivos para as posições de Diretor de Recursos Humanos e CEO da Osklen.

Resultados

A receita líquida apresentou evolução no 1T19 de 4,2% em relação ao 1T18, principalmente pelo desempenho de todos os negócios no Brasil e pelo crescimento de 16,1% nas operações internacionais de Havaianas, favorecida por ganhos decorrentes da apreciação de moedas fortes frente ao real, mesmo com o impacto negativo de variação cambial/correção monetária na Argentina.

R\$ milhões (exceto onde indicado)	1T19	1T18	Δ%
Receita Líquida	940,2	902,1	4,2%
EBITDA	134,4	169,1	-20,5%
Lucro Líquido	43,5	112,9	-61,5%
ROE	8,8%	21,0%	- 12,2 p.p.

A receita líquida do **Brasil**, representada pelas marcas Havaianas, Dupé, Mizuno e Osklen, atingiu R\$ 611,0 milhões, evolução de 6,7% em razão do maior volume de vendas de sandálias e vestuário esportivo. **Sandálias Internacional** alcançou receita líquida de R\$ 208,0 milhões, 16,1% superior ao reportado no 1T18 resultado do maior volume de vendas

e potencializada pela apreciação do dólar e euro frente ao real no período. Já a receita líquida na **Argentina** foi de R\$ 121,2 milhões, 19,2% inferior comparada com o mesmo período de 2018, impactada pela queda no volume de vendas em calçados e têxteis.

O lucro bruto consolidado cresceu 4,3% no 1T19, com ganho de 0,1 p.p. na margem bruta, resultado da administração dos custos, do aumento da participação de Sandálias Internacional no resultado, absorvendo o custo mais elevado da borracha em relação ao 1T18.

O EBITDA no 1T19 somou R\$ 134,4 milhões, valor 20,6% inferior ao mesmo período de 2018. No entanto, no 1T18, houve venda de ativos na Argentina, que trouxe impacto positivo de R\$ 45,6 milhões naquele trimestre. O EBITDA recorrente do período cresceu 5,7% atingindo R\$ 136,7 milhões, devido principalmente a efeitos positivos advindos do resultado da venda da operação de Botas 7 Léguas e adoção do IFRS 16 e, negativos, de ajuste de inflação na Argentina e de despesas com consultorias.

O lucro líquido consolidado do 1º trimestre totalizou R\$ 43,5 milhões, representando uma redução de 61,5%, com margem líquida de 4,6%, sendo resultado dos fatores descritos anteriormente. A geração operacional de caixa somou R\$ 237,2 milhões e o saldo em caixa em 31.03.2019 alcançou R\$ 601,4 milhões.



Destaques

Em 18 de abril de 2019, a NTS obteve a autorização da CVM do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria “B”, divulgado em Fato Relevante de 24.04.2019.

A partir de abril de 2019, Wong Loon assume como novo CEO da Companhia, acumulando o cargo de COO (Chief Operations Officer).

Resultados

No primeiro trimestre de 2019, a receita líquida atingiu R\$ 1.083,8 milhões, 9,4% superior à observada no mesmo período do ano anterior em razão da correção anual dos contratos de transporte de gás. O lucro líquido no 1T19 totalizou

R\$ milhões (exceto onde indicado)	1T19	1T18	Δ%
Receita Líquida	1.083,8	990,4	9,4%
Lucro Líquido	537,9	455,1	18,2%

R\$ 537,9 milhões, 18,2% superior frente ao 1T18 em função da redução da despesa financeira das debêntures ocasionada pela queda na taxa de juros e pela reestruturação da dívida com a contratação de financiamento mais atrativo.

Dividendos e juros sobre capital próprio

No período de janeiro a março de 2019 foram recebidos pela Itaúsa dividendos e juros sobre capital próprio brutos no montante de R\$ 39,7 milhões.

5. GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 129 mil colaboradores em 31.03.2019, incluindo 16,2 mil colaboradores em unidades no exterior. Sua estrutura própria, destinada a realização das atividades da *holding*, dispunha de 73 pessoas dedicadas na mesma data.

6. AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM Nº 381

Procedimentos adotados pela sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a março de 2019, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Justificativa dos auditores independentes - PwC

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa substancia-se nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, e todos foram observados na prestação de referidos serviços.

7. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos acionistas pela confiança em nós depositada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado, e aos nossos colaboradores, pela dedicação e comprometimento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável dos negócios.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Presidente**

Henri Penchas

Vice-Presidentes

Alfredo Egydio Setubal

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela

Conselheiros

Paulo Setubal Neto

Rodolfo Villela Marino

Victório Carlos De Marchi

Conselheiros Suplentes

Edson Carlos De Marchi

Ricardo Egydio Setubal

Ricardo Villela Marino

CONSELHO FISCAL**Presidente**

Tereza Cristina Grossi Togni

Conselheiros

Eduardo Rogatto Luque

Flavio César Maia Luz

José Maria Rabelo

Paulo Ricardo Moraes Amaral

Conselheiros Suplentes respectivos

Carlos Eduardo de Mori Luporini

Felício Cintra do Prado Júnior

Guilherme Tadeu Pereira Júnior

Isaac Berensztein

João Costa

DIRETORIA**Diretor Presidente**

Alfredo Egydio Setubal (*)

Diretores Vice-Presidentes

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Roberto Egydio Setubal

Rodolfo Villela Marino

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

Contadora

Sandra Oliveira Ramos Medeiros

CRC 1SP 220.957/O-9

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balanco Patrimonial Consolidado***(Em milhões de Reais)*

ATIVO	NOTA	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	1.877	2.421
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	4	1.053	1.030
Clientes	5	1.121	1.215
Outros Ativos Financeiros	6a	965	758
Estoques	7	934	798
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	48.418	52.831
Imobilizado, Líquido	9	3.300	3.338
Ativos Intangíveis, Líquidos	10	419	423
Ativos de Direito de Uso	11	494	-
Ativos Biológicos	12	1.563	1.565
Ativos Fiscais		1.945	1.756
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		486	399
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	13b	1.389	1.294
Outros		70	63
Outros Ativos Não Financeiros	6a	50	71
TOTAL DO ATIVO		62.139	66.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/03/2019	31/12/2018
Passivo			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		940	772
Debêntures	14	1.227	1.208
Empréstimos e Financiamentos	15	2.645	2.863
Provisões	16	1.614	1.448
Obrigações Fiscais		622	517
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		42	26
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13b	463	462
Outras		117	29
Outros Passivos	6b	1.232	1.319
Passivos de Arrendamento	11	498	-
Total do Passivo		8.778	8.127
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17a	43.515	43.515
Reservas	17d	8.549	13.339
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.662)	(1.711)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		50.402	55.143
Participações de Acionistas não Controladores		2.959	2.936
Total do Patrimônio Líquido		53.361	58.079
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		62.139	66.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Demonstração Consolidada do Resultado***(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)*

	NOTA	01/01 a 31/03/2019	01/01 a 31/03/2018
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	19	1.071	1.262
Custo dos Produtos e Serviços	20	(791)	(947)
Lucro Bruto		280	315
Despesa com Vendas	20	(161)	(165)
Despesas Gerais e Administrativas	20	(85)	(79)
Outros Resultados Operacionais	21	28	51
Despesas Tributárias		(243)	(284)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	2.624	2.633
Resultado Operacional		2.443	2.471
Receitas Financeiras	22	94	56
Despesas Financeiras	22	(112)	(115)
Resultado Financeiro		(18)	(59)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		2.425	2.412
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	13a	(19)	(18)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13a	95	26
Lucro Líquido		2.501	2.420
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		2.486	2.400
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		15	20
Lucro por Ação - Básico e Diluído	23		
Ordinárias		0,30	0,32
Preferenciais		0,30	0,32
Média ponderada quantidade de ações em circulação - Básica e Diluída			
Ordinárias		2.889.839.643	2.823.483.724
Preferenciais		5.520.858.345	4.650.146.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/03/2019	01/01 a 31/03/2018
Lucro Líquido	2.501	2.420
Outros Resultados Abrangentes	49	30
Itens que serão Reclassificados para o Resultado	48	30
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	44	19
Ajuste ao Valor Justo de Ativos Financeiros, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	44	19
Participação em Subsidiárias, líquido dos impostos	4	11
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	4	11
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado	1	-
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	1	-
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	1	-
Total do Resultado Abrangente	2.550	2.450
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas Controladores	2.535	2.430
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas não Controladores	15	20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
(Em milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/03/2019	01/01 a 31/03/2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido Ajustado		172	119
Lucro Líquido		2.501	2.420
Ajustes ao Lucro Líquido:		(2.329)	(2.301)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	(2.624)	(2.633)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(95)	(26)
Provisões para Passivos Contingentes	16b	167	156
Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas		50	86
Depreciação, Amortização e Exaustão		167	145
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	12c	(19)	(43)
Provisão para Perdas de Crédito Esperadas	5	4	7
Outros		21	7
Variações nos Ativos e Passivos		(77)	(58)
Redução em Ativos Financeiros		-	42
Redução em Contas a Receber de Clientes		91	34
Aumento em Estoques		(132)	(33)
Aumento em Ativos Fiscais		(84)	(78)
Redução em Demais Ativos		347	74
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais		87	(13)
Redução em Demais Passivos		(386)	(84)
Outros		(39)	(61)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(18)	(16)
Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos		(21)	(45)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		56	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Recebimento de Juros sobre Debêntures		-	9
Aquisição de Imobilizado de Uso, Intangível e Ativos Biológicos		(86)	(89)
Venda de Imobilizado de Uso, Intangível e Ativos Biológicos		2	1
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos		6.279	5.472
Resgate de Debêntures		-	1
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento		6.195	5.394
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Integralização de Capital		-	17
Ações em Tesouraria		1	-
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos		(6.541)	(4.531)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos		-	45
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		(256)	(424)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento		(6.796)	(4.893)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(545)	501
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3	2.421	1.218
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		1	3
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	3	1.877	1.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado
(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/03/2019	01/01 a 31/03/2018
Receitas	1.345	1.597
Vendas de Produtos e Serviços	1.343	1.585
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(4)	(7)
Outras Receitas	6	19
Insumos Adquiridos de Terceiros	(849)	(1.056)
Custos dos Produtos e Serviços	(684)	(890)
Materiais, Energia, Serviços Terceiros e Outros	(165)	(166)
Valor Adicionado Bruto	496	541
Depreciação, Amortização e Exaustão	(167)	(145)
Valor Adicionado Líquido Produzido	329	396
Valor Adicionado Recebido em Transferência	2.759	2.732
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	2.624	2.633
Receitas Financeiras	94	56
Outras Receitas	41	43
Valor Adicionado Total a Distribuir	3.088	3.128
Distribuição do Valor Adicionado	3.088	3.128
Pessoal	204	210
Remuneração Direta	164	169
Benefícios	29	30
F.G.T.S.	10	11
Outros	1	-
Impostos, Taxas e Contribuições	273	393
Federais	265	385
Estaduais	3	2
Municipais	5	6
Remuneração de Capitais de Terceiros	110	105
Juros	110	104
Aluguéis	-	1
Remuneração de Capital Próprio	2.501	2.420
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	590	570
Lucros Retidos do Período	1.896	1.830
Participação dos Acionistas Não Controladores nos Lucros Retidos	15	20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balço Patrimonial Individual***(Em milhões de Reais)*

ATIVO	NOTA	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e Equivalentes de Caixa		921	936
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	4	1.053	1.030
Outros Ativos Financeiros		408	307
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		371	270
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências		37	37
Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto Imobilizado, Líquido	8 lc	50.406	54.810
Ativos Fiscais		1.403	1.215
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		384	293
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		1.017	920
Outros Tributos a Compensar		2	2
Outros Ativos		28	23
TOTAL DO ATIVO		54.323	58.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/03/2019	31/12/2018
Passivo			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		774	408
Debêntures	14	1.227	1.208
Provisões		1.436	1.285
Obrigações Fiscais		167	67
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		69	60
Outras		98	7
Outros Passivos		317	309
Total do Passivo		3.921	3.277
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17a	43.515	43.515
Reservas	17d	8.549	13.339
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.662)	(1.711)
Total do Patrimônio Líquido		50.402	55.143
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		54.323	58.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Demonstração do Resultado Individual***(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)*

	NOTA	01/01 a 31/03/2019	01/01 a 31/03/2018
Outros Resultados		40	43
Despesas Gerais e Administrativas		(31)	(13)
Despesas Tributárias		(244)	(284)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 c	2.629	2.651
Resultado Operacional		2.394	2.397
Receitas Financeiras		63	21
Despesas Financeiras		(59)	(36)
Resultado Financeiro		4	(15)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		2.398	2.382
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		-	(1)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		88	19
Lucro Líquido		2.486	2.400
Lucro Por Ação - Básico e Diluído	23		
Ordinárias		0,30	0,32
Preferenciais		0,30	0,32
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica e Diluída			
Ordinárias		2.889.839.643	2.823.483.724
Preferenciais		5.520.858.345	4.650.146.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente Individual

(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/03/2019	01/01 a 31/03/2018
Lucro Líquido	2.486	2.400
Outros Resultados Abrangentes	49	30
Itens que serão Reclassificados para o Resultado	48	30
Participação em Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	44	19
Ajuste ao Valor Justo de Ativos Financeiros, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	44	19
Participação em Subsidiárias, líquido dos impostos	4	11
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	4	11
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado	1	-
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	1	-
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	1	-
Total do Resultado Abrangente	2.535	2.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individual e Consolidado (Nota 17)
(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores							Total do Patrimônio Líquido		Total
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros Integralizadas	Reservas de Lucros a Integralizar	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Acionistas Controladores	Acionistas não Controladores	
Saldo em 01/01/2018	37.145	719	10.559	(205)	5.002	-	(1.294)	51.926	2.993	54.919
Transações com os Acionistas	-	-	1	-	(5.002)	(570)	-	(5.571)	15	(5.556)
Aumento de Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	15	15
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio não Reclamados	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício	-	-	-	-	-	(570)	-	(570)	-	(570)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	-	-	-	-	(5.002)	-	-	(5.002)	-	(5.002)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	(236)	(49)	-	-	-	-	(285)	-	(285)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	2.400	30	2.430	20	2.450
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	2.400	-	2.400	20	2.420
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	30	30	-	30
Destinações:										
Reserva Legal	-	-	120	-	-	(120)	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	1.710	-	(1.710)	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2018	37.145	483	10.631	1.505	-	-	(1.264)	48.500	3.028	51.528
Mutações do Período	-	(236)	72	1.710	(5.002)	-	30	(3.426)	35	(3.391)
Saldo em 01/01/2019	43.515	633	6.155	122	6.429	-	(1.711)	55.143	2.936	58.079
Transações com os Acionistas	-	-	1	-	(6.429)	(590)	-	(7.018)	8	(7.010)
Aumento de Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio não Reclamados	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício	-	-	-	-	-	(590)	-	(590)	-	(590)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	-	-	-	-	(6.429)	-	-	(6.429)	-	(6.429)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	(265)	7	-	-	-	-	(258)	-	(258)
Integralização de Reservas	-	-	122	(122)	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	2.486	49	2.535	15	2.550
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	2.486	-	2.486	15	2.501
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	49	49	-	49
Destinações:										
Reserva Legal	-	-	124	-	-	(124)	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	1.772	-	(1.772)	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2019	43.515	368	6.409	1.772	-	-	(1.662)	50.402	2.959	53.361
Mutações do Período	-	(265)	254	1.650	(6.429)	-	49	(4.741)	23	(4.718)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual
(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/03/2019	01/01 a 31/03/2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido Ajustado	(75)	(85)
Lucro Líquido	2.486	2.400
Ajustes ao Lucro Líquido:	(2.561)	(2.485)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(2.629)	(2.651)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(88)	(19)
Provisão para Passivos Contingentes	148	157
Variações Monetárias Líquidas	7	27
Depreciação e Amortização	1	1
Variações nos Ativos e Passivos	42	83
Redução em Ativos Financeiros	-	43
Aumento em Ativos Fiscais	(84)	(79)
Redução em Demais Ativos	353	378
Aumento em Obrigações Fiscais	90	105
Redução em Demais Passivos	(317)	(364)
Outros	-	(3)
Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos	-	(3)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	(33)	(5)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(6)	(2)
Resgate de Debêntures	-	1
Recebimento de Juros sobre Debêntures	-	9
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	6.368	5.495
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	6.362	5.503
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Integralização de Capital	-	17
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-	(520)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	-	20
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	(6.344)	(4.489)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	(6.344)	(4.972)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(15)	526
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	936	71
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	921	597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Valor Adicionado Individual
(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/03/2019	01/01 a 31/03/2018
Insumos Adquiridos de Terceiros	(21)	(12)
Serviços de Terceiros	(16)	(9)
Outros	(5)	(3)
Valor Adicionado Bruto	(21)	(12)
Depreciação e Amortização	(1)	(1)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	(22)	(13)
Valor Adicionado Recebido em Transferência	2.732	2.722
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	2.629	2.651
Receitas Financeiras	63	28
Outras Receitas	40	43
Valor Adicionado Total a Distribuir	2.710	2.709
Distribuição do Valor Adicionado	2.710	2.709
Pessoal - Remuneração Direta	10	2
Impostos, Taxas e Contribuições Federais	158	267
Remuneração de Capitais de Terceiros - Juros	56	40
Remuneração do Capital Próprio	2.486	2.400
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	590	570
Lucros Retidos do Período	1.896	1.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhões de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Av. Paulista nº 1938, 5º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto participar em outras sociedades, no País ou no exterior, para investimento em quaisquer setores da economia, inclusive por meio de fundos de investimento, disseminando nas investidas os seus princípios de valorização do capital humano, governança e ética nos negócios e geração de valor para os acionistas, de forma sustentável.

Por intermédio de suas controladas, controladas em conjunto e outros investimentos, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças, metais sanitários, revestimentos cerâmicos e chuveiros elétricos (Duratex), calçados, artigos de vestuário e artigos esportivos (Alpargatas) – conforme demonstrado na Nota 25 “Informações por Segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 63,27% das ações ordinárias e 18,63% das ações preferenciais, 33,97% do total.

Estas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 13 de maio de 2019.

NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.3.

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não está disponível no Brasil.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis

CPC 48 / IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”

O CPC 48 estabelece novos critérios para a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. Esse pronunciamento substituiu o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado, a partir da combinação de dois fatores: o modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e as características contratuais do fluxo de caixa dos mesmos. A ITAÚSA adotou o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2017.

Com relação aos passivos financeiros, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo CPC 38, sendo a principal mudança o registro da variação no valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, para os passivos financeiros em que a entidade adotou a opção de valor justo. A ITAÚSA não teve qualquer impacto na adoção do CPC 48 para fins de classificação e mensuração de seus passivos financeiros.

O CPC 48 também substituiu o modelo de perdas incorridas do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”, que abrange todos os ativos financeiros classificados como custo amortizado e VJORA. Para a mensuração dessa perda, é avaliada a situação creditícia específica das contrapartes e os prováveis impactos de mudanças em fatores econômicos ou conjunturais nas perdas de crédito.

Em relação à Contabilidade de *Hedge*, a Itaúsa continuará aplicando os requerimentos previstos no CPC 38, tal como permitido pelo CPC 48.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil”

O pronunciamento substituiu a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) e elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento, que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Passivos de Arrendamento) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

O maior impacto decorrente da adoção do CPC 06 (R2) nas demonstrações contábeis da ITAÚSA, na data de transição, é oriundo dos efeitos apurados pela sua controlada Duratex e está relacionado às operações com arrendamento de terras rurais no valor presente de R\$ 488,2 milhões. Os demais arrendamentos compreendem imóveis administrativos, centro de distribuição e veículos no valor estimado de R\$ 13,4 milhões. Esses valores foram contabilizados no ativo na conta de Ativos de Direitos de Uso e no Passivos de Arrendamento.

A ITAÚSA e suas controladas adotaram a IFRS 16 pelo método de transição retrospectivo modificado em 1º de janeiro de 2019, utilizando-se os seguintes critérios: os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos. Os ativos de direitos de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, ajustados pelos valores dos pagamentos de arrendamentos antecipados ou acumulados referentes a esses arrendamentos reconhecidos no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

CPC 47 / IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes”

O CPC 47 está baseado em uma abordagem de cinco etapas, que procura identificar os contratos com clientes, suas obrigações de desempenho e o preço tanto do contrato como um todo como de cada uma das obrigações de desempenho, considerando condições de mercado ou outras metodologias alternativas, se necessário. Ao final, a entidade deve definir se a receita será reconhecida ao longo do tempo ou em um determinado momento, considerando a forma e o momento da transferência dos bens ou serviços aos clientes.

Esse pronunciamento substituiu o CPC 30 / IAS 18 – “Receitas” e o CPC 17 / IAS11- “Contratos de Construção”, bem como as interpretações relacionadas.

O efeito da aplicação do CPC 47 não foi considerado relevante nas demonstrações contábeis da ITAÚSA.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

O pronunciamento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foi adotado antecipadamente:

- Alteração da Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a ITAÚSA e suas controladas.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs, exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4m, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 13. O montante de ativo fiscal diferido em 31/03/2019 era de R\$ 1.389 (R\$ 1.294 em 31/12/2018).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos dados usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 27.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 27.

c) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 16.

O valor contábil dessas provisões em 31/03/2019 era de R\$1.890 (R\$1.710 em 31/12/2018).

d) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

Foram adotadas várias estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as informações contábeis consolidadas. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 50 líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 9 líquido dos efeitos tributários.

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de ativos biológicos também são descritas em detalhes na Nota 12.

e) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas (Nota 24b). Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

f) Perda (*impairment*) estimada do ágio

A ITAÚSA e suas controladas testam anualmente ou, se houver algum indicador, a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.4 j. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 31/03/2019	Porcentagem do capital em 31/12/2018
Joint Ventures				
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	37,46%	37,55%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Alpargatas S.A.	Brasil	Calçados, Vestuários e Artigos Esportivos	27,55%	27,55%
Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças, Metais Sanitários, Chuveiros e Cerâmica	36,66%	36,67%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	99,18%	98,93%
ITH Zux Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15 / IFRS 3, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em um conjunto integrado de atividades e ativos que é capaz de ser conduzido e administrado com a finalidade de oferecer um retorno, na forma de dividendos, custos mais baixos ou outros benefícios econômicos, diretamente aos investidores ou outros sócios, membros ou participantes. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4 j. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações com acionistas não controladores

O CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional, conforme previsto no CPC 02 / IAS 21 - “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis”.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica “Outros Resultados Abrangentes”.

II. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas

taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como resultado financeiro.

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Outros resultados abrangentes até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A ITAÚSA e suas controladas definem como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo das características do fluxo de caixa dos mesmos e dos modelos de negócios utilizados pela entidade para a gestão dos ativos financeiros. As classificações utilizadas são: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde unicamente ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são aqueles cuja característica de fluxo de caixa também corresponda somente ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios que envolva tanto a obtenção de fluxos de caixa contratuais desses instrumentos quanto a venda dos mesmos.

(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo (negociação). Tais ativos são classificados no ativo circulante.

I. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e através de outros resultados abrangentes são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo, sendo que os efeitos da mudança no valor justo são reconhecidos, respectivamente, no resultado do período ou em outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros mensurados a custo amortizado são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando os títulos de dívida classificados como a valor justo por meio de outros resultados abrangentes são vendidos, os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos na conta destacada do patrimônio líquido ("Ajuste de Avaliação Patrimonial"), são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro". Por outro lado, os ativos de patrimônio classificados como VJORA nunca terão seus efeitos de marcação a valor justo reconhecidos na demonstração do resultado, mesmo se forem vendidos, sendo que tais montantes deverão ser reclassificados para lucros acumulados.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA e suas controladas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria ITAÚSA e suas controladas.

II. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

III. Impairment de ativos financeiros

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada período do relatório a necessidade de reconhecimento de perdas por *impairment*, para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Não são considerados, para fins dessa avaliação, os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e os instrumentos de patrimônio, mesmo que designados como valor justo através de outros resultados abrangentes.

Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em períodos anteriores.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros atualizada determinada de acordo com o contrato. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

e) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da ITAÚSA e suas controladas é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a ITAÚSA e suas controladas designam determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

f) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. Estima-se que o valor justo destas contas a receber seja substancialmente similar ao seu valor contábil. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros Resultados Operacionais", na demonstração do resultado.

g) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores líquidos de realização, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal).

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

h) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 / IAS 28 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

De acordo com o CPC 19 / IAS 31 – “Negócios em Conjunto”, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”).

A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA e suas controladas e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA e suas controladas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA e suas controladas.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA e suas controladas mantiverem influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado, na rubrica “Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto”.

A partir do 3º trimestre de 2018, a ITAÚSA passou a reconhecer os efeitos da hiperinflação da Argentina oriundos de suas controladas em conjunto (Itaú Unibanco Holding e Alpargatas), conforme a IAS 29 – Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias.

i) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 9.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Outros Resultados Operacionais”.

j) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 / IAS 36 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 / IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada anualmente, ou a qualquer tempo, se houver indicativo de *impairment* em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

k) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 / IAS 38 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA e suas controladas elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

I) ATIVOS BIOLÓGICOS

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 12. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidas do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos na formação desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria da demonstração de resultado.

m) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos em Outros resultados abrangentes e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

n) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

As controladas da ITAÚSA oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não há obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

o) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 18.

p) EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método a taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

q) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

r) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado do período.

s) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 / IAS 33 – “Resultado por Ação”.

t) RECEITAS

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da ITAÚSA e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir, tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

I. Venda de Produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

II. Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um instrumento financeiro a ITAÚSA e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

u) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 / IFRS 8 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: setor financeiro e setor não financeiro, subdividido em Alpargatas e Duratex.

As informações por segmento estão apresentadas na Nota 25.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/03/2019	31/12/2018
Disponibilidades	79	174
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	1.344	1.238
Certificado de Depósitos Bancários	454	1.009
Total	1.877	2.421

NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	31/03/2019	31/12/2018
Investimento - NTS (*)	1.053	1.030
Total	1.053	1.030

(*) Refere-se a participação de 7,65% da ITAÚSA no capital da Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS, adquirida em 04 de abril de 2017.

NOTA 5 – CLIENTES

	31/03/2019	31/12/2018
Contas a receber		
Clientes no país	1.007	1.070
Clientes no exterior	177	182
Partes Relacionadas	15	39
Impairment	(78)	(76)
Total	1.121	1.215

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	31/03/2019	31/12/2018
A vencer	970	1.092
Vencidos até 30 dias	71	66
Vencidos de 31 a 60 dias	39	31
Vencidos de 61 a 90 dias	20	13
Vencidos de 91 a 180 dias	23	16
Vencidos há mais de 180 dias	76	73
Total	1.199	1.291

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas:

	31/03/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	(75)	(109)
Constituição	(4)	(15)
Baixa de títulos	1	19
Baixa de Clientes - Elekeiroz (Nota 8 I c)	-	29
Saldo Final	(78)	(76)

NOTA 6 – OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros Ativos

	31/03/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Ativos Financeiros						
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	-	96	96	-	96	96
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	276	-	276	90	-	90
Valores a Receber da Venda de Imobilizado ⁽¹⁾	288	76	364	284	13	297
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 24)	2	112	114	5	111	116
Retenção de Valores na Aquisição de Empresas	2	29	31	3	56	59
Fomento nas Operações Florestais	-	10	10	-	10	10
Venda de Energia Elétrica	3	-	3	1	-	1
Venda de Investimento Elekeiroz (Nota 8 l c)	-	-	-	-	13	13
Ativos indenizáveis	-	26	26	-	-	-
Outros	34	11	45	11	65	76
Total	605	360	965	394	364	758
Outros Ativos Não Financeiros						
Despesas Antecipadas	20	-	20	8	-	8
Propriedade para Investimento	-	24	24	-	24	24
Ativo Mantido para Venda	-	6	6	-	35	35
Outros	-	-	-	-	4	4
Total	20	30	50	8	63	71

(1) Refere-se basicamente à venda de fazendas da Duratex Florestal

b) Outros Passivos

	31/03/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecedores	396	-	396	438	-	438
Provisão de Pessoal	127	-	127	281	-	281
Contas a Pagar aos Sócios Participantes das SCPs ^(*)	29	94	123	27	94	121
Adiantamento de Clientes	11	6	17	21	6	27
Aquisição de Empresas	33	32	65	34	32	66
Frete e Seguros a Pagar	19	-	19	17	-	17
Comissões a Pagar	10	-	10	9	-	9
Aquisição Áreas Reflorestamento	5	-	5	6	-	6
Garantia de Produtos, Assistência Técnica e Manutenção	23	4	27	-	4	4
Arrendamento Mercantil	-	9	9	-	9	9
Passivos Provisionados com Parceiros <i>Joint Operation</i>	-	36	36	-	35	35
Obrigações a Pagar - NTS	-	301	301	-	296	296
Outras Contas a Pagar	47	50	97	10	-	10
Total	700	532	1.232	843	476	1.319

(*) SCPs - Sociedade em Conta de Participação

NOTA 7 – ESTOQUES

	31/03/2019	31/12/2018
Matéria-Prima, Auxiliares e Embalagens	290	260
Produtos Acabados	414	324
Produtos em Elaboração	136	124
Almoxarifado Geral	117	116
Adiantamento a Fornecedores	8	1
Provisão para Perdas nos Estoques	(31)	(27)
Total	934	798

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 8 – INVESTIMENTOS

I) ITAÚSA

a) Patrimônio Líquido das Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Patrimônio Líquido	Controladas em Conjunto			Subsidiárias			
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman Company Ltd.
Patrimônio Líquido em 31/12/2017							
Capital Social	97.148	13.500	648	1.962	56	262	42
Ações em Tesouraria	(2.743)	-	(64)	(28)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.486)	(1.134)	(149)	417	-	-	-
Reservas	38.529	21.165	1.751	2.364	-	43	-
Outros	1.930	-	-	-	(23)	-	(40)
Saldo Contábil em 31/12/2017	131.378	33.531	2.186	4.715	33	305	2
Movimentações de 01/01 a 31/03/2018							
Resultado Líquido	6.389	(1.654)	114	31	(1)	(5)	-
Ações em Tesouraria	1.069	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(15.092)	(501)	(135)	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	52	14	(2)	31	-	-	-
Outras Movimentações	(765)	(200)	(3)	(7)	-	-	-
Patrimônio Líquido em 31/03/2018							
Capital Social	97.148	13.500	648	1.962	56	262	44
Ações em Tesouraria	(1.496)	-	(64)	(28)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.580)	(823)	(151)	448	-	-	-
Reservas	28.303	18.513	1.727	2.388	-	38	-
Outros	1.656	-	-	-	(24)	-	(42)
Saldo Contábil em 31/03/2018	123.031	31.190	2.160	4.770	32	300	2
Patrimônio Líquido em 31/12/2018							
Capital Social	97.148	16.000	648	1.962	56	262	44
Ações em Tesouraria	(1.820)	-	(64)	(26)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.812)	(1.220)	(76)	454	-	-	-
Reservas	43.146	20.063	1.873	2.245	-	45	-
Outros	2.120	-	-	-	(30)	-	(42)
Saldo Contábil em 31/12/2018	136.782	34.843	2.381	4.635	26	307	2
Movimentações de 01/01 a 31/03/2019							
Resultado Líquido	6.747	1.744	53	24	(4)	-	-
Ações em Tesouraria	831	-	-	1	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(19.044)	(4.533)	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	130	34	(13)	10	-	-	-
Outras Movimentações ⁽¹⁾	(692)	(182)	2	-	-	-	-
Patrimônio Líquido em 31/03/2019							
Capital Social	97.148	16.000	1.500	1.962	56	262	45
Ações em Tesouraria	(1.334)	-	(64)	(25)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.682)	(1.186)	(89)	464	-	-	-
Reservas	30.867	17.092	1.076	2.269	-	45	-
Outros	1.755	-	-	-	(34)	-	(43)
Saldo Contábil em 31/03/2019	124.754	31.906	2.423	4.670	22	307	2

(1) Considera efeito dos ajustes de hiperinflação da Argentina.

b) Participações Societárias nas Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Abaixo apresentamos a composição do capital social das subsidiárias e das empresas controladas em conjunto, bem como as quantidades detidas pela ITAÚSA:

Participações Societárias	Controladas em Conjunto			Subsidiárias			
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman Company Ltd.
Ações Ordinárias em Circulação em 31/12/2018	4.958.290.359	710.454.184	241.608.525	689.467.756	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	4.958.290.359	710.454.184	241.608.551	691.784.501	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	-	-	(26)	(2.316.745)	-	-	-
Ações Preferenciais em Circulação 31/12/2018	4.762.230.563	350.942.273	221.444.849	-	-	-	-
Ações do Capital Social	4.845.844.989	350.942.273	228.841.226	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	(83.614.426)	-	(7.396.377)	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 31/12/2018	9.720.520.922	1.061.396.457	463.053.374	689.467.756	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 31/12/2018	1.944.075.803	706.169.365	127.591.556	252.807.715	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.943.906.480	355.227.092	103.623.035	252.807.715	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	169.323	350.942.273	23.968.521	-	-	-	-
Participação Societária Direta em 31/12/2018							
No Capital Social	20,00%	66,53%	27,55%	36,67%	98,93%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	39,21%	50,00%	42,89%	36,67%	98,93%	100,00%	100,00%
Ações Ordinárias em Circulação em 31/03/2019	4.958.290.359	710.454.184	241.608.525	689.593.370	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	4.958.290.359	710.454.184	241.608.551	691.784.501	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	-	-	(26)	(2.191.131)	-	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 31/03/2019	4.784.540.312	350.942.273	221.444.849	-	-	-	-
Ações do Capital Social	4.845.844.989	350.942.273	228.841.226	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	(61.304.677)	-	(7.396.377)	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 31/03/2019	9.742.830.671	1.061.396.457	463.053.374	689.593.370	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 31/03/2019	1.944.075.803	706.169.365	127.591.556	252.807.715	10.981.768	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.943.906.480	355.227.092	103.623.035	252.807.715	10.981.768	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	169.323	350.942.273	23.968.521	-	-	-	-
Participação Societária Direta em 31/03/2019							
No Capital Social	(1) 19,95%	66,53%	27,55%	36,66%	99,18%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	(2) 39,21%	50,00%	42,89%	36,66%	99,18%	100,00%	100,00%

(1) A Itaúsa detém participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 19,95% e indireta de 17,51%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 26,32% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 37,46% de participação no capital social.

(2) A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. é de 39,21% e indireta de 25,86%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 51,71% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 65,06% de participação no capital votante.

c) Movimentação dos Investimentos

Investimentos	Controladas em Conjunto			Subsidiárias					Total
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman Company Ltd.	
Saldo do Investimento em 31/12/2017									
Participação Societária	26.339	22.308	602	1.723	146	32	304	2	51.456
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Identificáveis	68	-	548	-	-	-	-	-	616
Goodwill	460	-	599	-	-	-	-	-	1.059
Saldo Contábil em 31/12/2017	26.855	22.308	1.749	1.723	146	32	304	2	53.119
Movimentações de 01/01 a 31/03/2018	(1.764)	(1.556)	(15)	20	13	(1)	(5)	-	(3.308)
Resultado de Participação Societária	3.710	(1.100)	23	11	13	(1)	(5)	-	2.651
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(5.335)	(333)	(36)	-	-	-	-	-	(5.704)
Outros Resultados Abrangentes	11	9	(1)	11	-	-	-	-	30
Outras Movimentações	(150)	(132)	(1)	(2)	-	-	-	-	(285)
Saldo do Investimento em 31/03/2018									
Participação Societária	24.579	20.752	594	1.743	159	31	299	2	48.159
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Identificáveis	64	-	541	-	-	-	-	-	605
Goodwill	460	-	599	-	-	-	-	-	1.059
Saldo Contábil em 31/03/2018	25.091	20.752	1.734	1.743	159	31	299	2	49.811
Valor de Mercado em 31/03/2018 ⁽¹⁾	125.123	-	2.163	2.930	350	172	-	-	130.738
Saldo do Investimento em 31/12/2018									
Participação Societária	27.356	23.182	656	1.694	-	25	306	2	53.221
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Identificáveis	57	-	485	-	-	-	-	-	542
Goodwill	460	-	599	-	-	-	-	-	1.059
Saldo Contábil em 31/12/2018	27.861	23.182	1.740	1.694	-	25	306	2	54.810
Movimentações de 01/01 a 31/03/2019	(2.465)	(1.954)	6	13	-	(4)	-	-	(4.404)
Resultado de Participação Societária	1.455	1.160	9	9	-	(4)	-	-	2.629
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(3.808)	(3.016)	-	-	-	-	-	-	(6.824)
Outros Resultados Abrangentes	26	23	(4)	4	-	-	-	-	49
Outras Movimentações ⁽²⁾	(138)	(121)	1	-	-	-	-	-	(258)
Saldo do Investimento em 31/03/2019									
Participação Societária	24.872	21.228	667	1.707	-	21	306	2	48.803
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Identificáveis	76	-	480	-	-	-	-	-	556
Goodwill	460	-	599	-	-	-	-	-	1.059
Saldo Contábil em 31/03/2019	25.396	21.228	1.746	1.707	-	21	306	2	50.406
Valor de Mercado da Participação em 31/03/2019 ⁽¹⁾	125.670	-	2.453	2.773	-	165	-	-	131.061

(1) Divulgado apenas para as Cias abertas.

(2) Considera efeito dos ajustes de hiperinflação da Argentina.

Alienação do Controle Acionário da Elekeiroz

Em 04/06/2018 a Itaúsa concluiu a venda da totalidade das ações da Elekeiroz S.A, de sua titularidade, representadas por 14.261.761 ações ordinárias e 16.117.360 ações preferenciais, ao Kilimanjaro Brasil Partners I B – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior.

Em 31/03/2019 o saldo a receber referente a ajustes de preço previstos em contrato era de R\$ 13.

d) Participação na Alpargatas S.A.

Em 12 de julho de 2017, a ITAÚSA firmou, em conjunto com a Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. (“BW”) e Cambuhy Investimentos Ltda. (“Cambuhy”), contrato de compra de 54,24% do capital da Alpargatas S.A., sendo que a ITAÚSA passou a deter, após a conclusão da operação, 27,12% do capital total da Alpargatas S.A. (27,55% considerando somente a quantidade de ações em circulação). Esse percentual é representado por 103.623.035 ações ordinárias (42,889% do total de ações ordinárias) e 23.968.521 ações preferenciais (10,474% das ações preferenciais).

A transação foi concluída em 20 de setembro de 2017, com o desembolso pela ITAÚSA de R\$ 1.740 e assinatura de Acordo de Acionistas entre a ITAÚSA, a BW e Cambuhy para gestão compartilhada da Alpargatas. Esse acordo contém, entre outras disposições, indicação majoritária e paritária de membros no Conselho de Administração da Alpargatas.

De acordo com o CPC 18 (R2) / IAS 28 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, a participação da ITAÚSA na Alpargatas foi reconhecida como Investimento em Controlada em Conjunto e está avaliada pelo método de equivalência patrimonial, a partir da data de aquisição.

A aquisição da empresa foi contabilizada tendo por base estudos para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, em cumprimento ao – ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial” e ao CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”. Apesar da transação ter ocorrido em 2017, a apuração final da alocação do preço de compra (*purchase price allocation*) foi finalizada pela ITAÚSA somente no primeiro semestre de 2018, conforme permitido pelo CPC 15.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Alpargatas, na data de aquisição, é apresentado a seguir:

	31/08/2017
Ativos Mensurados ao Valor Justo na Aquisição	4.970
Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras	227
Contas a Receber de Clientes	508
Demais Contas a Receber	120
Estoques	598
Investimentos em Controladas	1.074
Intangíveis	1.536
Ativos Imobilizados	767
IR e CS Diferidos	58
Demais Ativos	82
Passivos Mensurados ao Valor Justo na Aquisição	(828)
Empréstimos e Financiamentos	(359)
Fornecedores	(229)
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	(37)
Impostos e Contribuições	(12)
Obrigações com Pessoal	(112)
Demais Passivos	(79)
Ativos Líquidos ao Valor Justo na Aquisição	4.142
% de participação adquirida pela Itaúsa	27,55%
Participação Adquirida pela Itaúsa (ao valor justo) (a)	1.141
Preço de Aquisição – Contraprestação Transferida (b)	1.740
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura - Goodwill (b - a)	599

II) ITAÚSA CONSOLIDADO**a) Composição dos Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto**

Investimentos	Controladas em Conjunto			Associadas	Total
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.		
Resultado de Participação Societária de 01/01 a 31/03/2018	3.710	(1.100)	23	-	2.633
Saldo Contábil do Investimento em 31/12/2018	27.861	23.182	1.740	48	52.831
Resultado de Participação Societária de 01/01 a 31/03/2019	1.455	1.160	9	-	2.624
Saldo Contábil do Investimento em 31/03/2019	25.396	21.228	1.746	48	48.418

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Ativos e Passivos ^(*)	31/03/2019	31/12/2018
Ativos	1.546.177	1.552.802
Disponibilidades	30.550	37.159
Ativos Financeiros	871.961	888.785
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	547.172	536.091
Ativos Fiscais	41.850	42.835
Demais Ativos	54.644	47.932
Passivos	1.408.428	1.403.558
Passivos Financeiros	1.147.324	1.151.232
Provisão de Seguros e Previdência Privada	205.041	201.187
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias	18.261	18.613
Demais Passivos	37.802	32.526

(*) Representado substancialmente pelo Itaú Unibanco Holding.

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 31/03/2019	01/01 a 31/03/2018
Receita de Juros e Rendimentos	34.334	32.380
Despesa de Juros e Rendimentos	(18.724)	(16.431)
Lucro antes dos Impostos	9.538	9.563
Imposto de Renda e Contribuição Social ^(*)	(2.635)	(3.006)
Lucro Líquido	6.903	6.557
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	6.747	6.389
Outros Resultados Abrangentes	130	52
Resultado Abrangente	6.877	6.441

(*) Em 31/03/2018, foram considerados os efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% até 31 de dezembro de 2018, e os créditos tributários foram contabilizados conforme expectativa de realização. Em 31/03/2019 e 31/12/2018 não existem créditos tributários não contabilizados. Em 31/03/2019, há reflexo do término da elevação temporária da contribuição social, com retorno da alíquota para 15%.

c) Término do usufruto de parte das ações detidas pela IUPAR

Em novembro de 2008, por ocasião da associação entre Itaú e Unibanco, a Itaúsa e a família Moreira Salles conferiram à IUPAR (empresa constituída para controle do Itaú Unibanco) ações do capital do Itaú Unibanco, com reserva de usufruto de dividendos/Juros sobre Capital Próprio pelo período de 10 anos, o qual se encerrou em novembro de 2018. A participação indireta da Itaúsa no capital do Itaú Unibanco que estava com reserva de usufruto até nov/2018 representava 15,3%. A partir do término do usufruto, sobre os valores de Juros sobre o Capital Próprio recebidos pela IUPAR do Itaú Unibanco há incidência de PIS/Cofins.

NOTA 9 – IMOBILIZADO

Ativos Imobilizados	Terrenos	Construções e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizações em Andamento	Outros Ativos	Total
Saldo em 31/12/2017								
Custo	760	1.179	4.813	64	64	144	223	7.247
Depreciação Acumulada	-	(479)	(2.688)	(43)	(53)	-	(139)	(3.402)
Redução ao Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(12)	(181)	(1)	-	(8)	26	(176)
Saldo Contábil, líquido	760	688	1.944	20	11	136	110	3.669
Movimentações de 01/01 a 31/03/2018								
Aquisições	-	2	10	-	-	29	1	42
Depreciação	-	(9)	(69)	(1)	(1)	-	-	(80)
Transferências	(55)	5	27	-	-	(66)	2	(87)
Outros	4	4	10	-	-	-	1	19
Saldo em 31/03/2018								
Custo	709	1.188	4.859	64	64	107	226	7.217
Depreciação Acumulada	-	(489)	(2.804)	(44)	(54)	-	(144)	(3.535)
Redução ao Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(9)	(133)	(1)	-	(8)	32	(119)
Saldo Contábil, líquido	709	690	1.922	19	10	99	114	3.563
<i>Taxas Médias Anuais de Depreciação</i>	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	
Saldo em 31/12/2018								
Custo	656	1.145	4.399	61	66	107	234	6.668
Depreciação Acumulada	-	(473)	(2.606)	(43)	(53)	-	(155)	(3.330)
Saldo Contábil, líquido	656	672	1.793	18	13	107	79	3.338
<i>Taxas Médias Anuais de Depreciação</i>	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	
Movimentações de 01/01 a 31/03/2019								
Aquisições	-	(2)	(18)	1	1	(20)	-	(38)
Depreciação	-	2	12	-	-	22	-	36
Depreciação	-	(8)	(66)	(1)	(1)	-	-	(76)
Transferências	-	3	34	2	2	(42)	-	(1)
Outros	-	1	2	-	-	-	-	3
Saldo em 31/03/2019								
Custo	656	1.151	4.445	63	68	87	238	6.708
Depreciação Acumulada	-	(481)	(2.670)	(44)	(54)	-	(159)	(3.408)
Saldo Contábil, líquido	656	670	1.775	19	14	87	79	3.300
<i>Taxas Médias Anuais de Depreciação</i>	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	

NOTA 10 – INTANGÍVEL

Ativos Intangíveis	Software	Marcas e Patentes	Ágio por Rentabilidade Futura	Carteira de Clientes	Total
Saldo em 31/12/2017					
Custo	108	64	359	412	943
Amortização Acumulada	(68)	-	-	(215)	(283)
Redução ao Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	(1)	-	-	-	(1)
Saldo Contábil, líquido	39	64	359	197	659
Movimentações de 01/01 a 31/03/2018					
Aquisições	4	-	9	-	13
Amortização	(3)	-	-	(7)	(10)
Saldo em 31/03/2018					
Custo	111	64	368	413	956
Amortização Acumulada	(70)	-	-	(223)	(293)
<i>Impairment</i>	(1)	-	-	-	(1)
Saldo Contábil, líquido	40	64	368	190	662
<i>Taxas Médias Anuais de Amortização</i>	20%	-	-	6,67%	
Saldo em 31/12/2018					
Custo	122	57	156	400	735
Amortização Acumulada	(68)	(1)	-	(243)	(312)
Saldo Contábil, líquido	54	56	156	157	423
Movimentações de 01/01 a 31/03/2019					
Aquisições	4	-	-	-	4
Baixas	-	-	-	-	-
Amortização	(2)	-	-	(6)	(8)
Saldo em 31/03/2019					
Custo	131	56	156	401	744
Amortização Acumulada	(75)	-	-	(250)	(325)
Saldo Contábil, líquido	56	56	156	151	419
<i>Taxas Médias Anuais de Amortização</i>	20%	-	-	6,67%	

(1) Refere-se à redução ao valor recuperável das unidades de painéis, louças e chuveiros da controlada Duratex S.A..

O Ágio por Rentabilidade Futura (*Goodwill*) dos investimentos consolidados é decorrente das seguintes aquisições:

	31/03/2019	31/12/2018
Aquisições		
Thermosystem	20	20
Cerâmica Monte Carlo	20	20
Deca Nordeste	17	17
Ceusa e Massima	99	99
Saldo Contábil, líquido	156	156

NOTA 11 – ARRENDAMENTOS

A ITAÚSA e suas controladas adotaram o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019.

A seguir, tabela com resumo dos impactos na transição e movimentações ocorridas no período:

a) Ativos de Direito de Uso:

	31/03/2019			
	Terras	Edifícios	Veículos	Total
Adoção Inicial em 01.01.2019	488	10	3	501
Depreciação no período (Resultado)	-	(1)	-	(1)
Depreciação no período (*)	(6)	-	-	(6)
Total	482	9	3	494

(*) contabilizado no custo de formação das reservas florestais, rubrica ativo biológico

b) Passivos de Arrendamento

	31/03/2019			
	Terras	Edifícios	Veículos	Total
Adoção Inicial em 01.01.2019	488	10	3	501
Juros apropriados no período (*)	13	-	-	13
Baixa por pagamento	(15)	(1)	-	(16)
Total	486	9	3	498

(*) contabilizado no custo de formação das reservas florestais, rubrica ativo biológico

NOTA 12 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA detém, através de suas controladas indiretas Duratex Florestal Ltda., Duratex S.A. (nova denominação da Tablemac S.A.) e Caetex Florestal S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de março de 2019, essas empresas possuíam aproximadamente 153,2 mil hectares em áreas de efetivo plantio (158,3 mil hectares em 31 de dezembro de 2018) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para florestas de Eucalipto com até um ano de vida e de Pinus até 4 anos de vida, que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 5,7% a.a. em 31 de março de 2019. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital da Duratex S.A., o qual é revisado anualmente pela sua Administração.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações contábeis.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos Saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2019	31/12/2018
Custo de Formação dos Ativos Biológicos	1.039	1.030
Diferencial entre o Custo e o Valor Justo	524	544
Transferência para Outros Ativos	-	(9)
Valor Justo dos Ativos Biológicos	1.563	1.565

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	31/03/2019	31/12/2018
Saldo inicial	1.565	1.699
Varição do Valor Justo		
Preço Volume	19	148
Exaustão	(39)	(259)
Varição do Valor Histórico		
Formação	54	178
Exaustão	(36)	(192)
Saldo subtotal	1.563	1.574
Transferência para Outros Ativos		(9)
Saldo final	1.563	1.565

	01/01 a 31/03/2019	01/01 a 31/03/2018
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	(20)	12
Varição do Valor Justo	19	43
Exaustão do Valor Justo	(39)	(31)

O montante da exaustão do período está apresentado na rubrica Custos dos produtos e serviços na demonstração do resultado.

NOTA 13 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/01 a 31/03/2019	01/01 a 31/03/2018
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.425	2.412
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(825)	(820)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões	901	828
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	892	895
Dividendos sobre Investimentos Avaliados ao Custo	12	12
Juros Sobre o Capital Próprio	-	(85)
Outras	(3)	6
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	76	8

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I – O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é representado por:

	31/12/2017	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2018
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social (*)	585	(36)	10	559
Créditos de Liquidação Duvidosa (*)	10	(1)	1	10
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	18	-	11	29
Provisões para Passivos Contingentes (*)	476	(3)	96	569
IR sobre Lucros no Exterior	11	-	27	38
Outros	58	(13)	44	89
Total do Ativo Fiscal Diferido	1.158	(53)	189	1.294
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(45)	4	-	(41)
Valor Presente de Financiamento	(4)	3	-	(1)
Resultado do Swap	(4)	-	(8)	(12)
Depreciação	(15)	-	(2)	(17)
Planos de Pensão	(39)	3	(2)	(38)
Venda de Imóvel	(19)	13	-	(6)
Ativos Biológicos	(223)	37	-	(186)
Carteira de Clientes	(55)	7	-	(48)
Mais valia de ativos	(16)	-	(2)	(18)
Ajuste a Valor Justo sobre Investimento	(4)	-	(47)	(51)
Outras Obrigações (*)	(72)	31	(3)	(44)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(496)	98	(64)	(462)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	662	45	125	832

(*) Nessas rubricas foram baixados os valores relativos à Elekeiroz, que totalizavam R\$ 18, em função da venda do seu controle acionário (nota 8 I c).

	31/12/2018	Realização / Reversão	Constituição	31/03/2019
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	559	(3)	43	599
Créditos de Liquidação Duvidosa	10	-	-	10
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	29	(29)	-	-
Provisões para Passivos Contingentes	569	(5)	61	625
IR sobre Lucros no Exterior	38	-	-	38
Outros	89	(5)	33	117
Total do Ativo Fiscal Diferido	1.294	(42)	137	1.389
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(41)	1	-	(40)
Valor Presente de Financiamento	(1)	-	(1)	(2)
Resultado do Swap	(12)	1	-	(11)
Depreciação	(17)	1	-	(16)
Planos de Pensão	(38)	-	(1)	(39)
Venda de Imóvel	(6)	-	-	(6)
Ativos Biológicos	(186)	6	-	(180)
Carteira de Clientes	(48)	2	-	(46)
Mais valia de ativos	(18)	-	-	(18)
Ajuste a Valor Justo sobre Investimento	(51)	-	(8)	(59)
Outras Obrigações	(44)	-	(2)	(46)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(462)	11	(12)	(463)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	832	(31)	125	926

II – Abaixo demonstramos a estimativa de realização do Ativo Fiscal Diferido:

Ano	31/03/2019
2019	72
2020	385
2021	653
2022	54
2023	49
2024 em diante	176
Total	1.389

III – Em 31/03/2019, os créditos tributários não constituídos totalizam R\$ 164.

NOTA 14 – DEBÊNTURES

Em 24 de maio de 2017 a ITAÚSA efetuou captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 12.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor de face de R\$ 100 mil cada, com remuneração de 106,9% do CDI, com pagamentos semestrais dos juros e amortização do valor principal em três parcelas anuais e sucessivas, em maio de 2022, 2023 e 2024.

Em 31 de março de 2019 o valor atualizado dessas debêntures era de R\$ 1.227 (R\$ 1.208 em 31/12/2018).

NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade ⁽¹⁾	Encargos	Garantias	31/03/2019		31/12/2018	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Moeda Nacional						
BNDES com Swap	103,89 % CDI	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	4	37	4	39
BNDES com Swap	117,51 % CDI	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	-	-	-	1
FINAME	TJLP + 2,3% a.a./Pré 6 % a.a.	Alienação fiduciária	14	26	15	29
FINAME	6 % a.a.	Alienação fiduciária	-	4	2	4
CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8% CDI	-	106	203	107	303
CREDITO EXPORTAÇÃO	107,5% CDI	-	142	-	139	-
NOTA PROMISSÓRIA	104,5% CDI	-	-	549	-	540
FUNDIEST	30 % IGP-M a.m.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	31	18	26	25
FGPP - BANCO DO BRASIL com Swap	Pré 6,6% até 7,90% a.a	-	7	385	4	385
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9% CDI	Aval - Duratex S.A.	36	35	38	71
BNDES com Swap	103,89 % CDI	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	6	50	6	51
BNDES com Swap	117,51 % CDI	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	-	3	-	3
CRA	98% CDI	Fiança Duratex S.A.	11	694	1	694
FINAME	Pré 5,6 % a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	-	1	-	1
FINAME	Pré 9 % a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	1	1	1	1
FINAME	TJLP + 4% a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	2	4	2	4
FINAME	SELIC + 4,28% a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	-	-	-	1
FNE	Pré 7,53% a.a.	Fiança Duratex Florestal Ltda.	-	7	-	6
Total Moeda Nacional			360	2.017	345	2.158
Moeda Estrangeira						
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,5% a.a.	Nota promissória	178	-	178	-
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 3,66% a.a.	Nota promissória	90	-	182	-
Total Moeda Estrangeira			268	-	360	-
Total Geral			628	2.017	705	2.158

(1) Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados como Com Swap) foram designados ao valor justo por meio do resultado.

Vencimento	31/03/2019	31/12/2018
2020	1.146	1.288
2021	88	88
2022	711	710
2023	13	13
2024	13	13
2025	11	11
2026	11	11
2027	-	11
2028	-	11
Demais	24	2
Total	2.017	2.158
Reconciliação da dívida líquida		
	31/03/2019	31/12/2018
Empréstimos de curto prazo	628	705
Empréstimos de longo prazo	2.017	2.158
Total da dívida	2.645	2.863
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	(1.877)	(2.421)
Dívida líquida	768	442

NOTA 16 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A ITAÚSA e suas controladas, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	31/03/2019	31/12/2018
Tributário	203	203
Crédito Prêmio de IPI de 1980 a 1985	121	121
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	10	10
INSS - Contribuições Previdenciárias	58	58
PIS e COFINS	2	2
Outros	12	12
Cível	6	6
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	6	6
Total	209	209

b) Provisões:

- **Tributárias:** As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.
- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.
- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Abaixo a movimentação das provisões e os saldos dos depósitos judiciais vinculados:

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2017	1.330	109	32	1.471
Atualização/Multa	63	9	2	74
Constituição	224	38	4	266
Reversão	-	(29)	(14)	(43)
Pagamentos/Conversão em Renda	(6)	(27)	(3)	(36)
Baixa - Venda do Controle Acionário da Elekeiroz	(3)	(12)	(7)	(22)
Saldo em 31/12/2018	1.608	88	14	1.710
(-) Depósitos Judiciais	(242)	(19)	(1)	(262)
Saldo em 31/12/2018 líquido de Depósitos Judiciais	1.366	69	13	1.448

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2018	1.608	88	14	1.710
Atualização/Multa	17	2	-	19
Constituição	160	11	-	171
Reversão	-	(5)	-	(5)
Pagamentos/Conversão em Renda	-	(5)	-	(5)
Saldo em 31/03/2019	1.785	91	14	1.890
(-) Depósitos Judiciais	(255)	(21)	-	(276)
Saldo em 31/03/2019 líquido de Depósitos Judiciais	1.530	70	14	1.614

A principal discussão relativa às provisões tributárias está descrita a seguir:

- PIS e COFINS – R\$ 1.655 (R\$ 1.433, líquidos de depósitos judiciais): Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS pelo regime cumulativo.

c) Passivos Contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 31 de março de 2019, esses processos totalizavam R\$ 1.165 para causas tributárias, R\$ 61 para causas trabalhistas e R\$ 46 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 607: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 292 Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 79: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 67: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 18: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- IRPJ e CSLL – Glosa de Créditos – R\$ 9: Discussão relativa à dedução do imposto pago no exterior pela controlada.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital subscrito e integralizado na data base de 31 de março de 2019 é de R\$ 43.515, representado por 8.410.697.988 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.889.839.643 ações ordinárias e 5.520.858.345 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

O capital social poderá ser aumentado até o limite de 12.000.000.000 de ações, sendo até 4.000.000.000 em ações ordinárias e 8.000.000.000 em ações preferenciais.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos:

	31/03/2019			
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2018	2.887.785.145	3.318.421.750	6.206.206.895	32.109
Residentes no Exterior 31/12/2018	2.054.498	2.202.436.595	2.204.491.093	11.406
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2018	2.889.839.643	5.520.858.345	8.410.697.988	43.515
Residentes no País	2.887.798.333	3.393.777.551	6.281.575.884	32.499
Residentes no Exterior	2.041.310	2.127.080.794	2.129.122.104	11.016
Ações Representativas do Capital Social em 31/03/2019	2.889.839.643	5.520.858.345	8.410.697.988	43.515
Em Circulação em 31/03/2019	2.889.839.643	5.520.858.345	8.410.697.988	
Em Circulação em 31/12/2018 ⁽²⁾	2.889.839.643	5.520.858.345	8.410.697.988	
	31/12/2018			
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2017	2.821.665.246	2.693.462.873	5.515.128.119	27.411
Residentes no Exterior em 31/12/2017	1.818.478	1.956.683.276	1.958.501.754	9.734
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2017	2.823.483.724	4.650.146.149	7.473.629.873	37.145
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	5.000
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	(3.500.000)	(3.500.000)	-
Bonificação de 10% em Ações	-	764.927.089	764.927.089	-
Subscrição de Ações	66.355.919	109.285.107	175.641.026	1.370
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2018	66.355.919	870.712.196	937.068.115	6.370
Residentes no País em 31/12/2018	2.887.785.145	3.318.421.750	6.206.206.895	32.109
Residentes no Exterior 31/12/2018	2.054.498	2.202.436.595	2.204.491.093	11.406
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2018	2.889.839.643	5.520.858.345	8.410.697.988	43.515
Ações em Tesouraria em 31/12/2017 ⁽¹⁾	-	-	-	
Ações Adquiridas	-	(3.500.000)	(3.500.000)	
Cancelamento de Ações	-	3.500.000	3.500.000	
Ações em Tesouraria em 31/12/2018	-	-	-	
Em Circulação em 31/12/2018 ⁽²⁾	2.889.839.643	5.520.858.345	8.410.697.988	
Em Circulação em 31/12/2017 ⁽²⁾	2.823.483.724	5.397.509.136	8.220.992.860	

(1) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

(2) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação do exercício de 2018 foram ajustadas pela Bonificação de 10% em Ações Preferenciais, homologada em 24/05/2018.

b) Ações em Tesouraria

No período de 01/01 a 31/03/2019 a ITAÚSA não negociou com suas próprias ações para tesouraria.

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações em Tesouraria em 31/12/2017	-	-	-	-
Ações Adquiridas	-	(3.500.000)	(3.500.000)	(32)
Cancelamento de Ações	-	3.500.000	3.500.000	32
Ações em Tesouraria em 31/12/2018	-	-	-	-
Ações em Tesouraria em 31/03/2019	-	-	-	-

c) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte.

I. Cálculo

Lucro Líquido	2.486	
(-) Reserva Legal	(124)	
Base de Cálculo do Dividendo	2.362	
Dividendo Mínimo Obrigatório	590	25,00%

II. Remuneração aos Acionistas

	Data do Pagamento	Valor por Ação		Bruto	Líquido
		Bruto	Líquido		
Provisionados		0,0702	0,0702	590	590
Dividendos Trimestrais	01/07/2019	0,0200	0,0200	168	168
Dividendos	A ser Declarado	0,0502	0,0502	422	422
Total em 31/03/2019		0,0702	0,0702	590	590
Total em 31/03/2018 ⁽¹⁾		0,0694	0,0763	570	570

(1) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações.

d) Reservas Integralizadas

- Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e

- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	31/03/2019	31/12/2018
Reservas de Lucros	8.181	12.706
Legal	1.870	1.746
Estatutárias	6.311	10.960
Equalização de Dividendos	2.855	1.961
Reforço do Capital de Giro	1.548	1.194
Aumento de Capital de Empresas Participadas	1.908	1.376
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais (*)	-	6.429
Reservas de Capital	368	633
Total das Reservas na Controladora	8.549	13.339

(*) Refere-se aos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio que excedem ao dividendo mínimo obrigatório.

Detalhamento das Reservas	Reservas de Capital	Reserva de Lucros		Total das Reservas
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias	
Saldo em 31/12/2018	633	1.746	10.960	13.339
Constituição de Reservas	-	124	1.772	1.896
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2019 - Exercício 2018	-	-	(6.429)	(6.429)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio não Reclamados	-	-	1	1
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	(1) (265)	-	(2) 7	(258)
Saldo em 31/03/2019	368	1.870	6.311	8.549

Considera principalmente:

(1) Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações.

(2) Efeito dos ajustes de hiperinflação da Argentina e das Reorganizações Societárias do Itaú Unibanco Holding S.A..

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do Conselho de Administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

NOTA 18 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações – Duratex S.A.

Conforme previsão Estatutária, a Duratex S.A. possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Duratex a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, designado pelo Conselho de Administração da Duratex. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016	2018
Total de opções de ações outorgadas	2.787.034	2.678.887	2.517.937	1.333.914	1.875.322	1.290.994	1.561.061	1.966.869	1.002.550	1.046.595
Preço de exercício na data da outorga	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44	5,74	9,02
Valor justo na data da outorga	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48	4,00	5,19
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,1 anos	8,9 anos	8,8 anos
Prazo de carência	1,5 ano	1,5 ano	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,1 anos	3,9 anos	3,8 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016	2018
Volatilidade do preço da ação	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%	39,82%	38,09%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco ⁽¹⁾	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%	6,95%	4,67%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%

(1) cupom IGP-M

A Duratex efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos. Nos anos de 2015 e 2017 não houve outorga de opção de ações.

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência					Demais Períodos	
					31/12/2018	31/03/2019			Vencidas	2007 a 2015	2016	2017	2018		2019
08/02/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	-	-	9,79	-	586	586	-	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	-	-	8,88	-	24.758	24.758	-	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	-	-	7,26	-	19.456	19.456	-	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	-	-	3,98	-	9.194	9.194	-	-	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	-	-	7,04	-	8.716	8.716	-	-	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	1.080.061	1.080.061	5,11	9.208	-	9.208	-	-	-	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	581.774	581.774	5,69	6.390	-	6.390	-	-	-	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	897.255	897.255	6,54	8.443	-	6.689	1.754	-	-	-	-
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	1.648.223	1.648.223	4,48	8.214	-	4.302	2.232	1.680	-	-	-
09/03/2016	1.002.550	31/12/2019	até 31/12/2024	5,74	784.800	779.600	4,00	5.420	-	1.251	1.515	1.458	367	829	-
26/04/2018	1.046.595	31/12/2021	até 31/12/2026	9,02	1.032.356	976.391	5,19	5.382	-	-	-	-	999	586	3.797
Soma	20.720.343				6.024.469	5.963.304		43.057	62.710	89.299	5.237	3.195	2.457	953	4.626
Efetividade de exercício								94,90%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%	94,90%
Valor apurado								41.471	60.598	86.289 ⁽¹⁾	5.061 ⁽²⁾	3.088 ⁽³⁾	2.337 ⁽⁴⁾	904 ⁽⁵⁾	4.390 ⁽⁶⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2015.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2016.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2017.

(4) Valor contabilizado contra o resultado em 2018.

(5) Valor contabilizado contra o resultado nos três meses de 2019.

(6) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos.

Em 31 de março de 2019 a Duratex S.A. possuía 2.191.131 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

NOTA 19 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

A reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas está assim representada:

	01/01 a 31/03/2019	01/01 a 31/03/2018
Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços	1.343	1.585
Mercado Interno	1.131	1.353
Mercado Externo	212	232
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(272)	(323)
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	1.071	1.262

NOTA 20 – DESPESAS POR NATUREZA

	01/01 a 31/03/2019	01/01 a 31/03/2018
Varição do valor justo dos ativos biológicos	19	43
Varição nos estoques de produtos acabados	150	77
Matérias-primas e materiais de consumo	(594)	(710)
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(242)	(244)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(158)	(135)
Despesas de transporte	(86)	(79)
Despesas de publicidade	(23)	(21)
Outras despesas	(103)	(122)
Total	(1.037)	(1.191)

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado:

	01/01 a 31/03/2019	01/01 a 31/03/2018
Custo dos produtos e serviços	(791)	(947)
Despesas com vendas	(161)	(165)
Despesas gerais e administrativas	(85)	(79)
Total	(1.037)	(1.191)

NOTA 21 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	01/01 a 31/03/2019	01/01 a 31/03/2018
Resultado de Plano Benefício	1	-
Amortização Intangível	(8)	(9)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	(3)	(3)
Resultado na Venda de Imobilizado	-	13
Receita de Aluguel	2	3
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio NTS	38	41
Créditos Prodep - Reintegra	3	2
Outros	(5)	4
Total	28	51

NOTA 22 – RESULTADO FINANCEIRO

	01/01 a 31/03/2019	01/01 a 31/03/2018
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	53	37
Varição cambial ativa	5	8
Atualizações monetárias (receita)	15	9
Juros e descontos obtidos	4	1
Outras receitas financeiras	17	1
Total das Receitas Financeiras	94	56
Despesas Financeiras		
Encargos sobre financiamentos	(40)	(80)
Varição cambial passiva	(20)	(8)
Atualizações monetárias (despesa)	(17)	(15)
Operações com derivativos	(4)	-
Taxas bancárias	(3)	(4)
Imposto de operações financeiras	-	(2)
Outras	(28)	(6)
Total da Despesas Financeiras	(112)	(115)
Total do Resultado Financeiro	(18)	(59)

NOTA 23 – LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/01 a 31/03/2019	01/01 a 31/03/2018
Lucro Líquido	2.486	2.400
Dividendo Mínimo Não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(55)	(47)
Subtotal	2.431	2.353
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(29)	(28)
Subtotal	2.402	2.325
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	825	878
Aos Detentores de Ações Preferenciais	1.577	1.447
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	854	906
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.632	1.494
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	2.889.839.643	2.823.483.724
Ações Preferenciais	5.520.858.345	4.650.146.149
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$		
Ações Ordinárias	0,30	0,32
Ações Preferenciais	0,30	0,32

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

NOTA 24 – BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do CPC 33 / IAS 19 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pelas controladas da ITAÚSA quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial e de Serviços contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 31 de março de 2019 com 8.506 participantes (8.546 em 31 de dezembro de 2018).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano, em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial que, de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 6a) no total de R\$ 112 (R\$ 111 em 31 de dezembro de 2018). Foi reconhecido no resultado do período a receita de R\$ 1.

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria e pecúlio por morte.

Em 31 de março de 2019, o saldo a receber decorrente da destinação de parte da reserva especial do Plano BD às patrocinadoras, registrado no balanço patrimonial da rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 6a), era de R\$ 2 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2018), a ser realizado em 3 (três) parcelas mensais.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/03/2019	31/03/2018
Taxa de Desconto	9,13% a.a.	9,75% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽¹⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	6,36% a.a.	6,62 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,00% a.a.	4,25 % a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,25 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem aquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas; A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Que os resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais as informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Setor Financeiro e Setores não Financeiros.

A ITAÚSA tem como parte de seu objeto social a participação no capital social de outras empresas de diversos segmentos. Seus principais investimentos são: Duratex e Alpargatas, que atuam no setor não financeiro, e o Itaú Unibanco Holding, que atua no setor financeiro.

As empresas nas quais a ITAÚSA investe têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

• Setor Financeiro

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 31 de março de 2019 podem ser acessadas no site <https://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores/>.

• Setor não Financeiro

No setor não financeiro temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos e serviços fornecidos pelas empresas:

I) Alpargatas: suas atividades são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos. A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios da Alpargatas e suas informações não são consolidadas, sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

II) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, revestimentos cerâmicos e chuveiros elétricos, negociados sob as marcas Deca, Ceusa e Hydra, que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

Apresentamos a seguir os principais indicadores das empresas do portfólio ITAÚSA, extraídos das respectivas Demonstrações Contábeis Consolidadas. O Lucro Líquido, Patrimônio Líquido e ROE correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores. A ITAÚSA controla a Duratex e suas informações foram consolidadas nas demonstrações contábeis da ITAÚSA.

	Janeiro a Março	Setor Financeiro	Setor Não Financeiro	
				
Ativos Totais	2019	1.545.971	4.209	9.589
	2018	1.441.407	3.784	9.196
Receitas Operacionais ⁽¹⁾	2019	46.717	940	1.073
	2018	43.985	902	1.006
Lucro Líquido	2019	6.747	53	24
	2018	6.389	114	31
Patrimônio Líquido (PL)	2019	124.754	2.423	4.670
	2018	123.031	2.160	4.770
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽²⁾	2019	22,2%	8,8%	2,1%
	2018	21,3%	21,0%	2,6%
Geração Interna de Recursos ⁽³⁾	2019	14.720	131	250
	2018	18.185	160	197

(1) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Alpargatas e Duratex: Vendas de Produtos.

(2) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período anualizado e o Patrimônio Líquido Médio ((mar + dez'18)/2).

(3) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	31/03/2019	31/12/2018	01/01 a 31/03/2019	01/01 a 31/03/2018
Aplicações Financeiras	38	20	-	-
Itaú Unibanco S.A.	38	20	-	-
Clientes/Fornecedores	(10)	39	20	38
Partes Relacionadas de Controladas (*)	(10)	39	20	38
Prestação de Serviços/Aluguéis	(8)	(8)	(1)	(1)
Itaú Corretora S.A.	(1)	-	(2)	(1)
Itaú Unibanco S.A.	(7)	(8)	1	-
Total	20	51	19	37

(*) Referem-se a operações de venda de mercadorias da Duratex S.A. para Leo Madeiras Máquinas e Ferramentas S.A. e Fibria Celulose, além de custos com arrendamento rural com a Ligna Florestal Ltda.

Em 31 de março de 2019 não houve a necessidade de constituição de provisão para perdas de crédito esperadas envolvendo operações com partes relacionadas.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, para benefício de suas controladas, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	31/03/2019	31/12/2018
Duratex S.A.	72	73
Itautec S.A.	45	45
Total	117	118

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração dos executivos da administração da ITAÚSA e de suas controladas foi:

	01/01 a 31/03/2019	01/01 a 31/03/2018
Remuneração	15	8
Participações no Lucro	6	8
Opções de Ações	1	-
Total	22	16

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

I) Fatores de Riscos Financeiros

Como *holding*, os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 921 (R\$ 936 em 31/12/2018), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA:

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge econômico*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de *SWAP* US\$ x CDI: esse tipo de operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de *SWAP* Pré x CDI: esse tipo de operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de *SWAP* IPCA+prefixada x CDI: esse tipo de operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas IPCA + prefixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de *NDF (Non Deliverable Forward)*: esse tipo de operação tem o objetivo de zerar a exposição cambial. Nesta operação, o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (*NDF*) e a taxa de câmbio do fim do período (*Ptax*);
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do *SWAP*.

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/03/2019	31/03/2019	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	35	35	-
Posição Ativa	753	799	35	-
Moeda Estrangeira (USD)	266	296	28	-
Taxa Pré-Fixada	385	398	5	-
IPCA +	102	105	2	-
Posição Passiva	(753)	(764)	-	-
CDI	(753)	(764)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	172	171	2	-
Compromisso de Venda	172	171	2	-
NDF	172	171	2	-

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/03/2018	31/03/2018	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	3	16	-
Posição Ativa	625	646	16	-
Moeda Estrangeira (USD)	625	646	16	-
Posição Passiva	(625)	(643)	-	-
CDI	(625)	(643)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	118	119	2	-
Compromisso de Venda	118	119	2	-
NDF	118	119	2	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações contábeis.

Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA e suas controladas, em três diferentes Cenários (provável, possível e remoto), nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da B3 / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa de Juros	Swap - PRÉ / CDI	Aumento CDI	4	(2)	(9)
	Objeto de Hedge: empréstimo em taxas pré-fixadas		(4)	2	9
	Swap - IPCA+ / CDI	Aumento CDI	(4)	(60)	(132)
	Objeto de Hedge: empréstimo em taxas IPCA+		4	60	132
Cambial	Swap - US\$ / CDI (Res. 4131)	Queda US\$	-	(76)	(151)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	-	76	151
	NDF (US\$)	Queda US\$	-	42	85
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	-	(42)	(85)
Total			-	-	-

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

31/03/2019	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	656	1.234	1.959	23
Fornecedores e Outras Obrigações	398	-	-	-
Total	1.054	1.234	1.959	23

31/12/2018	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	711	1.375	1.960	25
Fornecedores e Outras Obrigações	449	2	-	23
Total	1.160	1.377	1.960	48

II) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 (R1) / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por nível:

	Nível	31/03/2019	31/12/2018
Ativos		4.981	5.424
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	79	174
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	1.798	2.247
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	3	1.053	1.030
Clientes	2	1.121	1.215
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	276	90
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	2	96	96
Outros Ativos Financeiros	2	558	572
Passivos		5.210	5.317
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2	3.872	4.071
Fornecedores / Outras Obrigações	2	398	474
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	940	772

NOTA 28 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão de Debêntures

Em 06 de maio de 2019, o Conselho de Administração da controlada Duratex aprovou a Segunda Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R\$1.200 milhão as quais serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos.

Serão emitidas 120.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10 mil, juros remuneratórios de 108% do CDI, com pagamentos semestrais e vencimento em duas parcelas iguais correspondentes a 50% do valor nominal unitário das debêntures, nas datas de 17 de maio de 2024 e 17 de maio de 2026.

Incorporação das ações Itaotec S.A. – Grupo Itaotec

Em Fato Relevante de 25 de fevereiro de 2019, ITAÚSA e Itaotec S.A. – Grupo Itaotec anunciaram o início das negociações no sentido de promover a incorporação da totalidade das ações de emissão da Itaotec pela ITAÚSA, com consequente preservação da personalidade jurídica da Itaotec e sua conversão em subsidiária integral da ITAÚSA.

Concluídas as negociações, as Companhias divulgaram novo Fato Relevante em 29 de março de 2019 com a proposta de incorporação das ações, com a relação de troca de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Itaotec por 1 (uma) ação preferencial de emissão da ITAÚSA, tendo sido essa proposta aprovada pelos acionistas das Companhias nas Assembleias Gerais realizadas em 30 de abril de 2019. Para fins de determinação da relação de substituição foram consideradas, ainda que não isoladamente: (i) a liquidez e dispersão das ações preferenciais de emissão da ITAÚSA (integrante de índice da B3) que serão atribuídas aos acionistas da Itaotec; e (ii) a redução de custos e despesas que a incorporação de ações proporcionará à ITAÚSA.

Os acionistas titulares de ações ordinárias da ITAÚSA que dissentirem dessa incorporação de ações terão prazo até 31 de maio de 2019 para exercerem o direito de retirada da Companhia, sendo reembolsados pelo valor de R\$ 6,56 por ação ordinária detida ininterruptamente desde 29 de março de 2019.

Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Acionistas
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial individual da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (a "Companhia") em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Revisamos também o balanço patrimonial consolidado da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis individuais acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

Conclusão sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis consolidadas anteriormente referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 31 de março de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o trimestre findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.** procederam ao exame das demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31.03.2019, que foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”), na qualidade de auditores independentes.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, considerando o relatório sem ressalvas emitido pela PwC, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período. São Paulo (SP), 13 de maio de 2019.
(aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Eduardo Rogatto Luque, Flavio César Maia Luz, José Maria Rabelo e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE 35300022220

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2019

DATA, HORA E LOCAL: em 13 de maio de 2019, às 10:00 horas, na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente.

QUORUM: a totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: após exame das demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referentes ao 1º trimestre de 2019, que foram objeto de recomendação favorável da Comissão de Finanças, a Diretoria deliberou, por unanimidade e em observância às disposições dos incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, alterada, declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório de revisão sem ressalvas emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, na qualidade de auditores independentes; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2019..

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 13 de maio de 2019. (aa) Alfredo Egydio Setubal - Diretor Presidente; Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Roberto Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino - Diretores Vice-Presidentes.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores